



Simulado Final

SEFAZ PI

Cargo: A01 - Agente de Tributos –

Especialidade: Área Geral - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final SEFAZ-PI (Agente de Tributos - Área Geral)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Agente de Tributos - Área Geral do SEFAZ-PI**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/vpzY8PTHe7tGA6wx6>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/V6fz>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

TEXTO I**Desculpem tocar no assunto**

Vocês desculpem tocar nesse assunto, mas a verdade é que está morrendo muita gente. Outro dia peguei por acaso num antigo caderninho de endereços que estava no fundo de uma gaveta, comecei a folhear e esfriei: quanto telefone de gente que já morreu!

Eu e um amigo estivemos imaginando uma Cidade dos Mortos que funcionasse mais ou menos como esta em que vivemos: uma cidade em que estivessem vivendo os mortos nossos conhecidos, os nossos mortos. Tinha muita gente, e gente ótima; é verdade também que alguns chatos; isso faz parte. Mas havia bons companheiros de praia, bons amigos de bar, excelentes papos. Poucas, raras mulheres de nossa estima; as mulheres, pelo visto, não costumam falecer.

O pior – dizia meu amigo, e eu batia a cabeça tristemente, a concordar – o pior é que esse “lado de lá” vai aumentando, e se a gente demorar muito por aqui acaba falando sozinho.

(Fonte: Rubem Braga. Disponível em: cronicabrasileira.org.br)

1. O título “Desculpem tocar no assunto” justifica-se pelo fato de que, nesse texto, o autor
- a) demonstra um grau de constrangimento ao abordar um tema que considera desconfortável para os leitores.
 - b) julga inadequado trazer à tona em textos públicos e de caráter geral questões relacionadas à morte.
 - c) expressa um tom irônico ao iniciar seu texto com um assunto considerado tabu pela sociedade.
 - d) visa introduzir, com seriedade, um assunto que considera de vital importância para a reflexão humana.
 - e) pretende minimizar a importância do assunto que desenvolverá ao longo do texto.

2. A palavra “esfriei”, no contexto dado,
- a) explica o desinteresse pelos antigos contatos telefônicos do fundo da gaveta.
 - b) enfatiza o quão inútil era guardar registros de pessoas do passado.
 - c) denota uma sensação de espanto ao constatar a morte dos conhecidos.
 - d) aponta para a desorganização do autor em relação aos seus pertences pessoais.
 - e) expressa um desconforto físico ao manusear o caderno guardado há muito tempo.

3. “o pior é que esse *‘lado de lá’* vai aumentando (...)”

O uso de aspas em “lado de lá”

- a) explicita um equívoco.
- b) indica uma citação.
- c) realça um estrangeirismo.
- d) destaca uma expressão conotativa.
- e) assinala um título.

4. Considerando as características do texto, é correto classificá-lo no gênero:

- a) crônica.
- b) relato pessoal.
- c) carta.
- d) conto.
- e) piada.

5. *mas a verdade é que está morrendo muita gente...*

Considerando o período em que ocorre no texto, o termo “que” é utilizado como conjunção em:

- a) *que está morrendo muita gente*
- b) *que estava no fundo de uma gaveta*
- c) *que funcionasse mais ou menos como esta*
- d) *que estivessem vivendo os mortos nossos conhecidos*
- e) *que já morreu*

6. Em *a verdade é que está morrendo muita gente*, a expressão sublinhada exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:

- a) *O pior – dizia meu amigo*
- b) *Eu e um amigo estivemos imaginando uma Cidade dos Mortos*
- c) *Outro dia peguei por acaso num antigo caderninho*
- d) *as mulheres, pelo visto, não costumam falecer*
- e) *Mas havia bons companheiros de praia*

7. Inserindo-se o verbo “existir” no lugar do “haver” no trecho *Mas havia bons companheiros de praia*, a forma verbal resultante será:

- a) existia.
- b) existiria.
- c) existiam.
- d) existem.
- e) existiram.

8. É inteiramente regular a pontuação da frase:

- a) Não vejo num antigo caderninho, soluções para os meus problemas atuais.
- b) Não me surpreenderia, se a Cidade dos Mortos tivesse segredos ainda não revelados.
- c) Não apenas tristeza mas também solidão, atribui o autor, à perda de seus entes queridos.
- d) São poucos os amigos que de fato, permanecem ao seu lado nos momentos difíceis.
- e) Há, no vislumbre da morte de amigos, um lembrete de que, nesta vida, somos todos passageiros.

9. Transpondo-se para a voz passiva a frase *e eu batia a cabeça tristemente*, a forma verbal resultante deverá ser:

- a) era batida.
- b) foi batida.
- c) é batida.
- d) seria batida.
- e) havia sido batida.

10. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) As mulheres, segundo observamos no relato, não costumam falecerem com a mesma frequência que os homens.
- b) Havia entre os contatos antigos nomes que já não existem mais entre nós, mas que hão de permanecer marcados em nossa memória.
- c) Os mortos que compõem a tal cidade imaginária sugerem haverem convivido com grande familiaridade um grupo de amigos.
- d) Não se tratam de números frios, mas sim de pessoas queridas que nos deixaram com o tempo.
- e) É verdade que os registros antigos do caderninho revelam terem partido mais companheiros do que se imaginavam.

TEXTO II

Muitos especialistas alertam que a inteligência artificial representa uma ameaça existencial para a humanidade. Outros consideram esses alertas exagerados. Enquanto a ameaça das armas nucleares é óbvia para todos, é difícil compreender por que a IA é tão perigosa. A história da Revolução Industrial pode nos ajudar a entender os perigos inerentes à nova Revolução da IA. Alertam que a ascensão da IA pode resultar no colapso da civilização humana, ou até na extinção de nossa espécie.

Para alguns, esses alertas parecem lamúrias exageradas. Com o surgimento de uma nova tecnologia poderosa, vinham as preocupações de que ela poderia trazer o apocalipse. Por exemplo, com o desenrolar da Revolução Industrial muitos temiam que as máquinas a vapor e os telégrafos destruíssem nossas sociedades e nosso bem-estar.

Mas as máquinas acabaram produzindo as sociedades mais prósperas da história. Hoje a maioria das pessoas desfruta de condições de vida muito melhores do que seus antepassados no século XVIII. Entusiastas da IA como Marc Andreessen e Ray Kurzweil prometem que as máquinas inteligentes serão ainda mais benéficas do que seus predecessores industriais. Eles afirmam que os seres humanos terão uma qualidade muito maior no atendimento à saúde, na educação e em outros serviços, e a IA até ajudará a salvar o ecossistema da catástrofe.

Infelizmente, um olhar mais atento à história revela que temos de fato ótimas razões para recear novas tecnologias poderosas. Mesmo que, ao fim, os aspectos positivos dessas tecnologias superem os negativos, haverá diversas provações e tribulações até se chegar a esse final feliz. Uma tecnologia nova muitas vezes conduz a calamidades históricas, não porque a tecnologia é intrinsecamente má, mas porque leva tempo até que os seres humanos aprendam a usá-la com sabedoria.

A Revolução Industrial é um excelente exemplo. Quando começou a se difundir ao redor do mundo no século XIX, a tecnologia industrial subverteu estruturas econômicas, sociais e políticas tradicionais e abriu caminho para a criação de sociedades inteiramente novas, com potencial de serem mais prósperas e pacíficas. No entanto, o aprendizado para montar sociedades industriais benignas não foi nada fácil e envolveu uma série de experimentos custosos e centenas de milhões de vítimas.

Um desses experimentos foi o imperialismo moderno. A Revolução Industrial se originou na Grã-Bretanha, no final do século XVIII. Ao longo do século XIX, as tecnologias e os métodos de produção industriais foram adotados em outros países europeus, da Bélgica à Rússia, além dos EUA e do Japão.

Pensadores, políticos e partidos imperialistas nesses centros industriais alegavam que a única sociedade industrial viável era um império. O argumento era que as novas sociedades industriais, à diferença das sociedades agrárias relativamente autossuficientes, se baseavam muito mais em mercados externos e em matérias-primas estrangeiras, e somente um império poderia atender a esses desejos inéditos. Os imperialistas temiam que os países que haviam se industrializado, mas que falharam na conquista de colônias, fossem excluídos do acesso a matérias-primas e a mercados essenciais devido à ação de concorrentes implacáveis. Alguns imperialistas argumentavam que a obtenção de colônias era não só essencial para a sobrevivência de seus próprios Estados, como também benéfica para o restante da humanidade. Alegavam que só os impérios seriam capazes de espalhar as bênçãos das novas tecnologias ao chamado mundo subdesenvolvido.

Em decorrência disso, países industriais como Inglaterra e Rússia, que já tinham impérios, passaram a expandi-los amplamente, enquanto países como EUA, Japão, Itália e Bélgica começaram a criá-los. Equipados

com rifles e artilharias produzidos em massa, transportados pela energia a vapor e comandados via telégrafo, os exércitos da indústria se espalharam mundo afora, da Nova Zelândia à Coreia e da Somália ao Turcomenistão.

Milhões de povos nativos viram seu modo de vida tradicional ser esmagado pelas rodas desses exércitos industriais. Levou mais de um século de desgraças até que a maioria das pessoas entendesse que os impérios industriais eram uma ideia terrível e que havia formas melhores de construir uma sociedade industrial e de garantir as matérias-primas e os mercados necessários.

O stalinismo e o nazismo também foram experimentos extremamente custosos de construção de sociedades industriais. Dirigentes como Stálin e Hitler afirmavam que a Revolução Industrial desencadeara poderes enormes que apenas o totalitarismo poderia controlar e explorar em sua plenitude. Apontavam a Primeira Guerra Mundial – a primeira “guerra total” na história – como prova de que a sobrevivência no mundo industrial exigia o controle totalitário de todos os aspectos da política, da sociedade e da economia. Pelo lado positivo, eles também afirmavam que a Revolução Industrial era como uma fornalha na qual se fundem todas as estruturas sociais anteriores, com suas imperfeições e fraquezas humanas, e que fornece a ocasião para forjar sociedades perfeitas habitadas por uma super-humanidade pura e sem mistura.

A fim de criarem a sociedade industrial perfeita, stalinistas e nazistas aprenderam a matar industrialmente milhões de pessoas. Trens, arames farpados e ordens por telégrafo foram conectados para criar uma máquina mortífera sem precedentes.

HARARI, Yuval Noah. A perigosa ascensão da inteligência artificial.

11. Assinale a alternativa incorreta quanto às ideias do texto:

- a) A história da Revolução Industrial mostra que a humanidade sempre lidou com novas tecnologias de forma pouco otimista, de modo que parece improvável que a IA represente um risco real à civilização.
- b) A Revolução Industrial também foi recebida com temor, pois acreditava-se que as novas máquinas destruiriam a sociedade e o bem-estar humano.
- c) Apesar dos temores, a tecnologia acabou trazendo prosperidade, e muitos creem que a IA trará ainda mais benefícios à sociedade.
- d) A experiência histórica mostra que novas tecnologias, mesmo benéficas no longo prazo, causam grandes danos até serem compreendidas e dominadas.
- e) A Revolução Industrial não foi um processo simples e exigiu muitos sacrifícios humanos, envolvendo conflitos, dominação imperial e ideologias totalitárias como o nazismo e o stalinismo.

12. Verifica-se a presença de uma elipse em:

- a) Infelizmente, um olhar mais atento à história revela que temos de fato ótimas razões para recear novas tecnologias poderosas.
- b) Uma tecnologia nova muitas vezes conduz a calamidades históricas
- c) Mesmo que, ao fim, os aspectos positivos dessas tecnologias superem os negativos
- d) leva tempo até que os seres humanos aprendam a usá-la com sabedoria.
- e) haverá diversas provações e tribulações até se chegar a esse final feliz.

13. *A fim de criarem a sociedade industrial perfeita, stalinistas e nazistas aprenderam a matar industrialmente milhões de pessoas. Trens, arames farpados e ordens por telégrafo foram conectados para criar uma máquina mortífera sem precedentes.*

A expressão destacada acima expressa valor de

- a) causa;
- b) efeito;
- c) finalidade;
- d) conclusão;
- e) explicação.

14. *Pensadores, políticos e partidos imperialistas nesses centros industriais alegavam que a única sociedade industrial viável era um império. O argumento era que as novas sociedades industriais, à diferença das sociedades agrárias relativamente autossuficientes, se baseavam muito mais em mercados externos e em matérias-primas estrangeiras, e somente um império poderia atender a esses desejos inéditos.*

O pronome sublinhado refere-se, no contexto, a

- a) pensadores;
- b) sociedades agrárias;
- c) império;
- d) sociedades industriais;
- e) mercados externos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

15. Dois investimentos em criptomoedas, cujo valor total inicial é de R\$ 12.600,00, foram mantidos por 5 meses em plataformas com rendimento simples. O primeiro investimento rendeu a uma taxa de 5% ao mês, enquanto o segundo rendeu a 6% ao mês. Após esse período, o valor total acumulado pelos dois investimentos foi de R\$ 16.000,00. O menor dos dois investimentos iniciais corresponde a:

- a) R\$ 4.700,00
- b) R\$ 4.360,00
- c) R\$ 5.000,00
- d) R\$ 7.600,00
- e) R\$ 6.200,00

16. Em um modelo de investimento em startups, o valor futuro V de um investimento inicial I , aplicado a uma taxa de retorno periódica r durante n períodos de avaliação, é dado por $V = I \times (1 + r)^n$.

Dados o valor futuro V , o investimento inicial I e o número de períodos n , a taxa de retorno r pode ser determinada por:

- a) $r = (V/I)^{\frac{1}{n}}$
- b) $r = ((V - I)/I)^{\frac{1}{n}}$
- c) $r = (V^{1/n} - I^{1/n})/I^{1/n}$
- d) $r = (V^n - I^n)/I^n$
- e) $r = ((V + I)/I)^n$

17. Uma startup de tecnologia descontou três contratos de recebíveis em uma fintech, utilizando uma taxa de desconto comercial simples de 6% ao mês. Os detalhes dos contratos são:

Contrato	Valor Nominal (R\$)	Prazo para Vencimento
1	10.000,00	30 dias
2	12.000,00	75 dias
3	20.000,00	90 dias

O valor líquido total recebido pela startup foi de:

- a) R\$ 42.000,00
- b) R\$ 39.000,00
- c) R\$ 36.720,00
- d) R\$ 36.000,00
- e) R\$ 25.620,00

18. Dona Anastácia possui três compromissos financeiros de R\$ 500,00 cada com o banco Agiotagem Bank LTDA, com vencimentos para 2, 3 e 4 meses à frente. Ela propôs ao banco consolidar essas dívidas em um único pagamento a ser realizado no quarto mês. Considerando uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, o valor equivalente desse pagamento único será:

- a) R\$ 1.545,45
- b) R\$ 1.540,15
- c) R\$ 1.515,00
- d) R\$ 1.520,10
- e) R\$ 1.530,00

19. Um cliente aplicou o valor de R\$ 12.000,00 em um fundo de investimento de renda fixa, resgatando o valor total após 12 meses. Considerando que a taxa real de juros da aplicação foi de 10% ao ano e a inflação acumulada no período foi de 2,5%, o valor resgatado pelo investidor corresponde a:

- a) R\$ 13.530,00
- b) R\$ 13.500,00
- c) R\$ 13.230,00
- d) R\$ 13.200,00
- e) R\$ 12.900,00

20. Um financiamento para aquisição de maquinário industrial será quitado através do Sistema de Amortização Constante (SAC), com 48 parcelas mensais, à taxa de 2% ao mês, iniciando os pagamentos um mês após a contratação. Sabendo que o valor da última parcela é de R\$ 5.100,00, o valor da 26ª parcela corresponde a:

- a) R\$ 7.400,00
- b) R\$ 7.300,00
- c) R\$ 7.200,00
- d) R\$ 7.100,00
- e) R\$ 7.000,00

21. Um investidor aporta hoje R\$ 5.000,00 em uma startup, que se compromete a devolver o investimento em dois pagamentos anuais consecutivos, sendo o primeiro de R\$ 3.630,00 daqui a um ano. Considerando que a taxa interna de retorno deste investimento é de 10% ao ano, o valor do segundo pagamento será de:

- a) R\$ 2.420,00
- b) R\$ 2.359,50
- c) R\$ 2.299,00
- d) R\$ 2.262,70
- e) R\$ 2.057,00

22. Uma rede de cafeterias contratou um financiamento de R\$ 200.000,00 para expansão de suas operações. No ato da liberação dos recursos, foram cobrados R\$ 3.000,00 de taxa de análise de crédito e R\$ 537,04 referentes a outras taxas administrativas. O prazo do financiamento foi de 2 meses, com pagamento do principal e juros em uma única parcela no vencimento. Considerando que a taxa de juros compostos negociada foi de 3% ao mês, o custo efetivo total no período da operação corresponde a:

- a) 3,00%
- b) 6,00%
- c) 6,09%
- d) 8,00%
- e) 7,86%

23. Um financiamento no valor de R\$ 1.000.000,00 para implantação de um parque eólico será quitado através do Sistema Francês de Amortização em 60 parcelas mensais, com taxa de juros compostos de 1% ao mês, iniciando os pagamentos após 30 dias da liberação dos recursos. O fator de recuperação de capital para esse prazo e taxa é de 0,02224. O saldo remanescente após o pagamento da primeira parcela corresponde a:

- a) R\$ 974.260,00
- b) R\$ 934.676,00
- c) R\$ 961.196,00
- d) R\$ 948.004,00
- e) R\$ 987.760,00

24. Suponha que um investidor deseja comprar uma empresa cujo fluxo de caixa estimado é de R\$ 164.150,00 ao ano, que esse fluxo tenha um crescimento estimado nulo ao longo dos anos e que o custo de capital seja de 7% ao ano. Com base nessa situação hipotética, o valor máximo que um investidor racional deverá pagar pela empresa é:

- a) R\$ 1.641.500,00
- b) R\$ 2.345.000,00
- c) R\$ 2.525.150,00
- d) R\$ 3.283.000,00
- e) R\$ 3.742.500,00

ESTATÍSTICA E RL

Carlos Henrique

25. Um grupo formado por 5 homens e 7 mulheres. Duas pessoas serão escolhidas.

De quantas maneiras essas pessoas podem ser escolhidas de tal maneira que pelo menos uma seja mulher?

- a) 15
- b) 21
- c) 39
- d) 56
- e) 72

26. Um grupo formado por 5 homens e 7 mulheres. Duas pessoas serão escolhidas.

Qual a probabilidade (aproximadamente) de serem escolhidos uma mulher e um homem?

- a) 32%
- b) 45%
- c) 53%
- d) 60%
- e) 64%

27. Márcia fala sobre seus hábitos no almoço:

- Como cenoura ou feijão.
- Como lentilha ou não como cenoura.
- Como maionese ou não como feijão.

Certo dia, no almoço, Márcia não comeu maionese.

É correto afirmar que, nesse dia, Márcia

- a) comeu feijão e cenoura.
- b) não comeu feijão nem cenoura.
- c) comeu cenoura e não comeu lentilha.
- d) comeu lentilha e cenoura.
- e) Não comeu lentilha nem cenoura

28. Cinco pessoas foram acusadas de comer escondido o pedaço de torta de morango de Juliette. Ao entrar na sala, irritada, Juliette as questiona:

- “Eu não fui”, responde Kelvin.
- “Foi a Eva”, garantiu Márcia.
- “Foi a Josefina”, disse Eva.
- “A Márcia está mentindo”, retrucou Josefina.
- “A Kelvin está falando a verdade”, disse Roberta.

Sabendo-se que apenas uma das moças mentiu e somente uma delas o pedaço de torta de morango de Juliette, quem comeu a torta?

- a) Kelvin.
- b) Eva.
- c) Márcia.
- d) Josefina.
- e) Roberta.

29. Podemos observar que, na figura a seguir, há uma sequência de quadrados. Numerando-os, da esquerda para a direita, com os números 1, 2, 3, 4, etc. até 3100.



O quadrado de número 3100 é:

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

30. Corujinha janta diariamente em casa. A comida é feita de forma aleatória por uma das três pessoas que moram com ela:

- 1) 40% das vezes o jantar é feito por sua mãe Pâmela;
- 2) 40% das vezes pela sua irmã Irene
- 3) 20% das vezes pela sua outra irmã Márcia
- 4) Pâmela faz macarrão para o jantar 10% das vezes,
- 5) Irene o faz em 5% das vezes
- 6) Márcia 20% das vezes.

Como de costume, uma noite qualquer chega a casa e verifica que o jantar é macarrão. A probabilidade de que esse jantar tenha sido feito por Irene é igual a

- a) 0,20.
- b) 0,25.
- c) 0,30.
- d) 0,15.
- e) 0,10.

31. Em uma comunidade, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	Número de moradores
Residência 1	5
Residência 2	8
Residência 3	4
Residência 4	9
Residência 5	4

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,5
- b) 5,8
- c) 5,1
- d) 4,7
- e) 4,4

32. Seja F é uma variável aleatória normalmente distribuída com média 200 e variância 3600, então a variável aleatória $G = 8F - 200$ também tem distribuição normal. Pode-se concluir que a média e o desvio padrão da variável S são respectivamente iguais a:

- a) 700 e 80.
- b) 700 e 100.
- c) 1400 e 480.
- d) 1400 e 360.
- e) 1400 e 340.

33. Uma amostra aleatória de 100 valores de máquinas de sorvete em um centro comercial forneceu um valor médio de R\$ 2.400,00. O desvio padrão da população é de R\$ 1.000,00. Seja $Z\alpha$ o escore da curva normal padrão tal que $P(Z < Z\alpha) = \alpha$, H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 2.200$) e H_1 a hipótese alternativa ($\mu > 2.200$).

Sabendo-se que H_0 foi rejeitada calcule o valor do escore reduzido referente ao valor médio encontrado para a amostra e necessário para a comparação com $Z\alpha$

- a) 3,2
- b) 2,5
- c) 1,8
- d) 1
- e) 2

34. Em uma amostra de 200 pares de observações do tipo (A_i, B_i) , com $i = 1, 2, \dots, 200$, a covariância obtida entre as variáveis A e B foi -15. Os dados foram transformados linearmente da forma $(C_i, D_i) = (-10A_i + 160, 8B_i + 48)$, para $i = 1, 2, \dots, 200$.

Qual o valor da covariância entre as variáveis C e D ?

- a) 600
- b) 800
- c) 900
- d) 1000
- e) 1200

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

35. Com base no artigo 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta acerca dos remédios constitucionais:

- a) O habeas corpus pode ser impetrado apenas pela própria pessoa que se julgue ameaçada ou constrangida em sua liberdade de locomoção.
- b) O mandado de injunção é cabível quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) O habeas data tem como finalidade exclusiva a obtenção de informações relativas à seguridade social do impetrante mantidas por entidade privada.
- d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado apenas por partidos políticos com representação no Senado Federal.
- e) O direito de petição aos poderes públicos, assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, restringe-se a defesa de direitos individuais estritamente patrimoniais.

36. A interpretação constitucional apresenta especificidades que a distinguem da hermenêutica aplicada às normas infraconstitucionais. Nesse contexto, analise as afirmativas abaixo:

- I. O princípio da unidade da Constituição exige que suas normas sejam interpretadas em conjunto, de modo a preservar a coerência interna do texto constitucional.
- II. A interpretação conforme a Constituição permite ao intérprete substituir norma infraconstitucional por outra mais compatível com os princípios constitucionais, ainda que sem base no texto legal original.
- III. A proporcionalidade e a razoabilidade são princípios estruturantes da hermenêutica constitucional, especialmente em contextos de colisão entre normas constitucionais com igual hierarquia.
- IV. A mutação constitucional é forma de interpretação que altera o texto constitucional sem modificação formal, a partir de transformações no contexto político, social e jurídico.
- V. O postulado da máxima efetividade impõe que, em caso de dúvida interpretativa, se dê preferência à interpretação que confere maior eficácia possível aos direitos fundamentais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

37. Sobre o controle de constitucionalidade previsto na Constituição Federal de 1988, no que se refere aos sistemas difuso e concentrado, e às ações diretas de controle concentrado (ADI, ADC e ADPF), assinale a alternativa correta:

- a) A decisão proferida no controle difuso de constitucionalidade produz efeitos vinculantes para todos os órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública direta e indireta.
- b) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pode ser proposta contra ato do Poder Público, tanto os omissos quanto os comissivos.
- c) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem por objeto exclusivamente normas municipais que contrariem normas da Constituição Federal.
- d) A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) pode ser proposta por qualquer cidadão para garantir a presunção de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) No controle concentrado de constitucionalidade, exercido pelo Supremo Tribunal Federal, admite-se a atuação do Senado Federal para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional.

38. À luz da teoria do poder constituinte e da jurisprudência e doutrina constitucional brasileira, analise as proposições a seguir:

- I. O poder constituinte originário, por sua natureza, é inicial, autônomo, ilimitado juridicamente e incondicionado, manifestando-se na criação de uma nova ordem constitucional.
- II. O poder constituinte derivado reformador pode alterar qualquer dispositivo da Constituição, inclusive as cláusulas pétreas, desde que siga o procedimento formal previsto para emendas.
- III. O poder constituinte derivado decorrente confere autonomia organizacional aos Estados-membros, permitindo-lhes elaborar suas próprias Constituições, desde que respeitados os princípios da Constituição Federal.
- IV. O poder constituinte originário, ao instituir uma nova Constituição, encontra limites apenas nos tratados internacionais anteriormente ratificados e incorporados ao ordenamento interno.
- V. O poder constituinte derivado reformador possui limites formais, materiais, circunstanciais e procedimentais, conforme expressamente previstos no texto da Constituição Federal de 1988.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as proposições I, III e V estão corretas.
- b) Apenas as proposições II, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as proposições I, III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

39. O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, decretou a intervenção federal no estado Alfa. No decreto, fixou o prazo de 180 dias, nomeou um general do Exército como interventor e definiu que a intervenção só se daria no âmbito do Executivo, na área de segurança pública. Logo após, encaminhou o decreto para apreciação do Congresso Nacional. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República não poderia ter decretado a intervenção federal sem a autorização do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal, ao exigir a nomeação de interventor, proibiu que a função fosse exercida por militar, uma vez que o regime democrático não admite intervenção militar na autonomia dos entes federativos.
- c) O prazo limite para a duração da intervenção federal é de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) A Constituição Federal exige que o decreto especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção federal. No caso narrado, o Presidente deixou de listar as condições de execução, tendo atendido as duas primeiras exigências.
- e) Comprometimento da ordem pública não é razão suficiente para decretar a intervenção federal, dada a subjetividade da análise.

40. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é órgão temporário destinado a investigar fato determinado e de interesse público. A respeito do tema, indique a alternativa INCORRETA.

- a) A investigação feita pela CPI tem natureza político-administrativa e reflete função atípica do Poder Legislativo.
- b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.
- c) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é nula a intimação de indígena não aculturado para oitiva em CPI, na condição de testemunha, fora de sua comunidade.
- d) Não afronta a Constituição Federal norma regimental da Câmara dos Deputados que limita o número de CPI em funcionamento simultâneo.
- e) A CPI tem poderes próprios para determinar a quebra de sigilo bancário de pessoa investigada, mas não tem poderes para promover a quebra de sigilo das comunicações telefônicas.

41. Com base no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar que:

- a) É vedada a redução salarial, inclusive quando prevista em convenção ou acordo coletivo, salvo se houver autorização legislativa específica.
- b) O seguro-desemprego é devido apenas nos casos de despedida sem justa causa, desde que o trabalhador tenha contribuído por, no mínimo, doze meses no último biênio.
- c) É assegurada a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias.
- d) O piso salarial deve ser fixado exclusivamente por meio de legislação federal, observada a isonomia entre categorias profissionais.
- e) O trabalhador tem direito ao repouso semanal remunerado exclusivamente aos domingos, salvo quando a atividade exigir o trabalho nesse dia.

42. A respeito do controle externo da Administração Pública e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, especialmente no tocante à Súmula 347 do STF e à atuação dos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs), analise as afirmativas a seguir:

- I. A Súmula 347 do STF reconhece expressamente a possibilidade de controle de constitucionalidade das leis pelos Tribunais de Contas, mas não autoriza os TCEs a declararem inconstitucionalidade de lei com efeitos erga omnes e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública.
- II. Os Tribunais de Contas dos Estados integram o Poder Judiciário e exercem controle jurisdicional de legalidade e mérito sobre os atos da administração estadual e municipal.
- III. A jurisprudência do STF admite que os Tribunais de Contas determinem a suspensão de pagamentos administrativos com base em indícios de ilegalidade, desde que respeitado o contraditório e a ampla defesa.
- IV. O STF tem entendimento consolidado de que os Tribunais de Contas não possuem competência para aplicar sanções diretamente a agentes privados contratados pela Administração Pública, ainda que tenham causado dano ao erário.
- V. O parecer dos Tribunais de Contas rejeitando contas de governo de Prefeitos não geram inelegibilidade, pois apenas o julgamento político realizado pela Câmara Municipal pode ensejar tal consequência, conforme jurisprudência recente do STF.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

43. A Câmara Municipal do Município Iota aprovou lei, de iniciativa do prefeito, que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos, contudo, tal lei foi contestada junto ao Supremo Tribunal Federal.

Segundo entendimento do STF acerca do tema, a referida lei é:

- a) Constitucional.
- b) Inconstitucional, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, por violar competência exclusiva da União.
- d) Inconstitucional, por violar competência privativa da União.
- e) Inconstitucional, por violar competência dos Municípios.

44. A Constituição do Estado X foi emendada para constar dispositivo com a seguinte redação: Art. 102; Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos., §1º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. Tal norma, contudo, foi contestada por meio de ADI.

Segundo entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade penal aos Deputados Estaduais.
- b) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil ou penal aos Deputados Estaduais.
- c) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil aos Deputados Estaduais.
- d) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso Nacional se estendem aos deputados estaduais.
- e) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais são constitucionalmente previstas para deputados estaduais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

45. O Município X, no exercício do poder de polícia, editou lei fixando o horário de funcionamento de bares e restaurantes em seu território. A mesma lei passou a vedar a instalação de novos estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada rua. Anota-se que o município realizava a cobrança de taxa para emissão dos alvarás de funcionamento, mas não realizava a vistoria *in loco* na maioria dos casos. Por fim, uma autoridade municipal informou que o município pretendia delegar a atividade de polícia para uma sociedade de economia mista, buscando mais autonomia e eficiência. Um grupo de comerciantes afetados ingressou com ação judicial alegando inconstitucionalidade das medidas. À luz da jurisprudência dos tribunais superiores e do conceito de poder de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) a limitação de instalação de novos estabelecimentos é válida, pois integra o poder de polícia do Município, que pode restringir a livre iniciativa quando houver interesse público.
- b) a fixação de horário de funcionamento é inconstitucional, pois interfere diretamente na liberdade de organização da atividade econômica dos estabelecimentos.
- c) a vedação à instalação de estabelecimentos do mesmo ramo em determinada área é inconstitucional, pois viola o princípio da livre concorrência.
- d) o exercício do poder de polícia é indelegável, mesmo que realizada por lei, ainda que a entidade destinatária seja da administração indireta e preste serviço público em regime não concorrencial.
- e) é inconstitucional a cobrança de taxa de localização e funcionamento pelo Município, ainda que haja estrutura administrativa para exercer a fiscalização.

46. O Estado X, buscando reestruturar sua atuação econômica, incluiu uma sociedade de economia mista no programa estadual de desestatização, com base em lei genérica que instituiu o referido programa. Posteriormente, foi iniciada a alienação do controle acionário de uma subsidiária da empresa, sem autorização legislativa específica e sem licitação formal, mas por meio de procedimento competitivo que observou os princípios constitucionais da administração pública. Diante do caso e da jurisprudência do STF sobre a matéria, assinale a alternativa correta:

- a) é obrigatória a edição de lei específica para a inclusão de qualquer empresa estatal em programa de desestatização, conforme exige o princípio do paralelismo das formas.
- b) a alienação de subsidiária de sociedade de economia mista exige, sempre, autorização legislativa específica e prévia licitação, sob pena de violação ao art. 37 da CF/88.
- c) tanto para a alienação de sociedade de economia mista-matriz quanto de suas subsidiárias exige-se autorização legislativa específica, mas não há necessidade de licitação.
- d) é inconstitucional a alienação do controle de subsidiária sem autorização legislativa, mesmo quando houver procedimento competitivo compatível com os princípios constitucionais.
- e) a alienação do controle acionário de sociedade de economia mista-matriz exige autorização legislativa e licitação, mas isso não se aplica à alienação de suas subsidiárias.

47. Durante a execução de contrato administrativo firmado para fornecimento de medicamentos à rede municipal de saúde, a empresa contratada notificou a Administração de sua decisão de suspender o fornecimento diante do atraso no pagamento das faturas mensais por mais de dois meses consecutivos, sem justificativa plausível. Considerando o regime jurídico dos contratos administrativos previsto na Lei nº 14.133/2021, a conduta da contratada é:

- a) ilegítima, pois a continuidade dos serviços essenciais obriga a contratada a manter o fornecimento, mesmo em caso de inadimplemento da Administração.
- b) legítima, sendo possível a suspensão da execução contratual se o atraso de pagamento superar dois meses, podendo inclusive ensejar a extinção do contrato.
- c) irregular, pois somente com autorização judicial a contratada pode suspender o fornecimento de bens ou serviços por inadimplemento da Administração.
- d) admissível apenas se o contrato contiver cláusula específica que autorize a suspensão por atraso de pagamento, o que não é exigência legal.
- e) injustificável, já que cabe exclusivamente à Administração a decisão sobre prorrogação, suspensão ou rescisão de contratos administrativos.

48. Um município piauiense pretende contratar diretamente, sem licitação, uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida nacionalmente pela excelência em estudos de mobilidade urbana. O objetivo é elaborar estudo técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com propostas de reorganização do transporte coletivo. A fundação possui experiência comprovada em projetos similares realizados para diversos entes públicos. Com base na Lei nº 14.133/2021, a contratação direta nessa hipótese:

- a) é juridicamente possível, mediante inexigibilidade, desde que demonstrada a notória especialização da fundação.
- b) é vedada, pois serviços técnicos especializados sempre devem ser precedidos de licitação nas modalidades técnica e preço ou melhor técnica.
- c) só poderá ocorrer mediante licitação na modalidade diálogo competitivo, por envolver objeto de natureza intelectual e complexa.
- d) é dispensável, considerando que a contratada é entidade do terceiro setor e o objeto visa ao interesse público.
- e) exige licitação obrigatória, salvo se o valor do contrato estiver dentro do limite legal para contratações diretas de pequeno valor.

49. Durante auditoria interna, foi identificado que determinado ato administrativo de nomeação de servidor havia sido praticado por autoridade incompetente. Contudo, o ato preenchia todos os demais requisitos legais e não houve prejuízo a terceiros ou ao interesse público. Com base nos princípios que regem os atos administrativos, a Administração pretende regularizar a situação por meio da convalidação. Nessa hipótese, a convalidação:

- a) exige, para sua validade, autorização judicial prévia, uma vez que a Administração não pode revisar seus próprios atos com vícios.

- b) não é cabível, porque o ato já produziu efeitos e não poderia ser modificado sem ofensa ao princípio da segurança jurídica.
- c) somente pode ser realizada se houver delegação expressa da autoridade competente para o agente que praticou o ato.
- d) é possível, pois o vício de competência é sanável, desde que não se trate de competência exclusiva.
- e) depende da manifestação do servidor nomeado, pois a convalidação desfaz o ato, interferindo na esfera jurídica do beneficiário.

50. Durante a execução de um contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo, a Administração pública identificou descumprimento reiterado das cláusulas contratuais pela concessionária, comprometendo a continuidade e a qualidade do serviço. Paralelamente, a Administração também considera a possibilidade de retomar o serviço público prestado em outro contrato de concessão, por razões de interesse público, sem que houvesse inadimplência da concessionária. Com base na legislação que rege a prestação dos serviços públicos, essas hipóteses correspondem, respectivamente:

- a) à encampação e à caducidade, formas de extinção do contrato que exigem, ambas, decisão judicial e prévia licitação para nova contratação.
- b) à caducidade e à encampação, formas de extinção unilateral do contrato, sendo a primeira por inadimplemento do particular e a segunda por interesse público, exigindo a última a indenização prévia e a autorização legislativa.
- c) à encampação e à caducidade, ambas formas de rescisão por acordo das partes, desde que fundamentadas no descumprimento do contrato.
- d) à rescisão amigável e à rescisão unilateral, previstas genericamente na Lei de Licitações para qualquer tipo de contrato administrativo.
- e) à anulação e à revogação do contrato, aplicáveis independentemente da culpa do concessionário e da existência de interesse público relevante.

51. Durante apuração de irregularidades em processo administrativo disciplinar, foi identificado que servidor público utilizou veículo oficial para transporte de materiais destinados à reforma de imóvel de sua propriedade, além de alocar servidores do órgão para execução de tarefas particulares. Segundo a Lei nº 8.429/1992, a caracterização do ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito exige que o agente:

- a) obtenha vantagem patrimonial indevida em razão de seu cargo ou função pública, mediante conduta dolosa, conforme exemplificado na própria lei.
- b) cause prejuízo direto ao erário, ainda que a conduta tenha sido culposa, bastando haver vínculo formal com a Administração.
- c) atue com dolo ou culpa, obtendo acréscimo patrimonial não compatível com sua remuneração, independentemente de lesão ao erário.
- d) exerça função pública de natureza efetiva ou temporária, sendo imprescindível a comprovação do recebimento direto de valores em espécie.
- e) seja necessariamente ocupante de cargo em comissão e tenha, dolosamente, causado dano à moralidade administrativa independentemente de repercussão patrimonial.

52. Determinado Estado da federação pretende firmar parceria com entidade da sociedade civil para desenvolvimento de projeto social voltado à capacitação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade. Ao analisar as entidades interessadas, identificou-se que algumas possuem natureza religiosa, enquanto outras têm finalidades econômicas. De acordo com a Lei nº 13.019/2014, é considerada elegível para a celebração de instrumento de parceria com o Poder Público:

- a) a entidade privada sem fins lucrativos, ainda que explore atividade econômica de forma subsidiária ao contrato de gestão pública.
- b) a cooperativa de trabalho, desde que possua fins não lucrativos e estatuto registrado há pelo menos um ano.

- c) as entidades filantrópicas.
- d) a organização social.
- e) a organização religiosa que realize ações com objetivos voltados ao interesse público, distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

53. O Estado do Piauí obteve um galpão comercial que não foi destinado a qualquer serviço ou atividade pública e permanece fora de uso, no patrimônio disponível do ente. A aquisição não decorreu de procedimento judicial nem de dação em pagamento. Considerando a classificação legal dos bens públicos e o regime jurídico aplicável, tal imóvel é considerado:

- a) bem dominical, passível de alienação mediante licitação, desde que haja justificativa de interesse público, avaliação do bem e autorização legislativa.
- b) bem de uso comum do povo, uma vez que sua inatividade implica acesso geral e irrestrito, exigindo desafetação para alienação.
- c) bem de uso especial, cuja destinação à atividade administrativa independe de uso efetivo e impede sua alienação.
- d) bem indisponível por natureza, cuja destinação deve obrigatoriamente ser revertida ao uso comunitário ou a fim social.
- e) bem afetado, insuscetível de alienação até que se verifique sua utilidade por pelo menos cinco anos ininterruptos.

54. A Administração pública estadual estuda delegar a prestação de serviço público de saneamento por meio de contrato de parceria público-privada (PPP), com previsão de remuneração do parceiro privado tanto por tarifas cobradas dos usuários quanto por pagamentos periódicos realizados pelo Estado. Considerando a legislação aplicável, pode-se afirmar que:

- a) a concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos que envolva exclusivamente a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens pela Administração.
- b) as PPPs são remuneradas, em regra, por tarifas públicas, vedada a contraprestação pública nos contratos de concessão patrocinada.
- c) o contrato da PPP poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas definidas no contrato.
- d) a contraprestação da Administração Pública poderá ser feita por cessão de créditos tributários e outorga de direitos sobre bens dominicais.
- e) as concessões patrocinadas em que mais de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

CONHECIMENTOS REGIONAIS

Alessandra Lopes

55. No processo de consolidação da Independência do Brasil, diversas províncias participaram ativamente com ações militares, políticas e populares. No caso do Piauí, destaca-se um episódio histórico emblemático ocorrido em 1823, cuja relevância ultrapassa os limites do estado. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- a) A Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, resultou na vitória decisiva das tropas brasileiras, expulsando imediatamente os portugueses da região.
 - b) A luta travada no Jenipapo envolveu majoritariamente militares treinados das tropas imperiais brasileiras, sendo um exemplo de organização bélica profissional no Nordeste.
 - c) Apesar da derrota tática dos combatentes piauienses na Batalha do Jenipapo, o confronto contribuiu para o enfraquecimento das tropas lusitanas e foi decisivo para o sucesso da independência no Norte.
 - d) O episódio da Batalha do Jenipapo foi um conflito de baixa repercussão na historiografia nacional e permanece sem reconhecimento formal como símbolo de resistência no Piauí.
 - e) A Batalha do Jenipapo foi liderada pelas elites locais e não contou com o apoio da população civil, o que limitou sua importância no processo de emancipação política.

56. No século XIX, o Piauí passou por uma reconfiguração político-administrativa significativa com a transferência da capital de Oeiras para Teresina. Essa mudança, implementada em 1852 por meio da Resolução nº 315, foi resultado de um projeto de modernização da província, inserido nas dinâmicas de desenvolvimento territorial e integração regional.

Considerando o contexto e os desdobramentos desse processo, assinale a alternativa correta:

- a) A mudança da capital de Teresina para Oeiras foi motivada pela presença do Rio Parnaíba, importante via de escoamento da produção agrícola.
- b) A escolha de Teresina como nova capital do estado decorreu de sua posição estratégica, entre os rios Poty e Parnaíba, o que facilitava a integração com outras províncias do litoral.
- c) A decisão de transferir a capital foi tomada ainda durante o período colonial, tendo sido executada após a independência como continuidade da política metropolitana.
- d) Oeiras permaneceu capital do estado até o início da Primeira República, sendo substituída por Teresina por razões exclusivamente econômicas ligadas à mineração.
- e) A nova capital foi construída com base em um modelo colonial, com ruas estreitas, tortuosas e crescimento desordenado, refletindo a continuidade das práticas urbanas de Oeiras.

57. Entre as manifestações culturais que expressam saberes tradicionais, identidades locais e resistência econômica no Piauí, destaca-se o artesanato. Acerca dessa forma de expressão cultural, assinale a alternativa correta.

- a) O artesanato piauiense limita-se à produção de peças de couro e algodão, voltadas exclusivamente para o consumo turístico da capital, Teresina.
- b) A cerâmica de Campo Maior é considerada Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil e representa a herança portuguesa ligada à colonização da região.

c) A produção artesanal no Piauí está fortemente associada a saberes transmitidos entre gerações, envolvendo comunidades que trabalham com tecelagem, cestaria, cerâmica e bordado.

d) A cultura popular piauiense caracteriza-se por sua homogeneidade estilística, com baixa diversidade de técnicas e materiais, predominando a estética urbana e padronizada.

e) Os principais polos de artesanato no estado localizam-se exclusivamente na região sul, onde há maior concentração de infraestrutura e apoio público à cultura.

58. Durante a Primeira República (1889–1930), o Piauí, assim como diversos estados brasileiros, experimentou uma realidade política marcada pela manutenção de estruturas de poder tradicionais, sob uma aparência de renovação institucional. Acerca do contexto piauiense nesse período, assinale a alternativa correta.

- a) O Piauí destacou-se como um dos estados pioneiros na ruptura com o modelo oligárquico, estabelecendo governos progressistas baseados no sufrágio universal e na ampla participação popular.
- b) A liderança do “coelhado”, grupo político ligado às elites cafeeiras do sul do estado, foi responsável por implementar reformas agrárias e garantir direitos trabalhistas aos sertanejos.
- c) Os conflitos entre as famílias tradicionais piauiense resultaram em uma guerra civil entre 1910 e 1912, marcada pela intervenção do Exército e suspensão das eleições estaduais.
- d) A economia do estado durante a Primeira República foi modernizada por meio da industrialização e da implantação de polos têxteis em Teresina e Parnaíba, com apoio do governo federal.
- e) O período foi marcado pela atuação de grupos oligárquicos que se revezavam no poder por meio de fraudes eleitorais, alianças familiares e controle dos recursos públicos, excluindo a maioria da população das decisões políticas.

59. A Confederação do Equador, movimento ocorrido em 1824, teve como epicentro a província de Pernambuco e representou um marco de resistência ao autoritarismo imperial recém-instituído. Acerca da repercussão desse movimento no Piauí, assinale a alternativa correta.

- a) Embora o Piauí não tenha aderido formalmente à Confederação do Equador, houve manifestações pontuais de apoio às ideias republicanas e federalistas, refletindo tensões locais entre centralização e autonomia provincial.
- b) O Piauí liderou a Confederação do Equador, com participação decisiva das elites locais e formação de um governo provisório inspirado nos ideais jacobinos franceses.
- c) A repressão ao movimento no Piauí foi liderada por tropas portuguesas comandadas por Fidié, que já havia enfrentado os piauienses na Batalha do Jenipapo, em 1823.
- d) O movimento foi amplamente bem-sucedido no Piauí, resultando na proclamação de uma república independente que durou até a década de 1830, com apoio das camadas populares urbanas.
- e) A província do Piauí permaneceu alheia aos acontecimentos da Confederação do Equador, sem registro de conflitos ou adesões, mantendo total apoio ao poder central desde o início.

60. A Batalha do Jenipapo, ocorrida em 1823 no contexto da Independência do Brasil, ultrapassa os limites de um simples confronto militar, assumindo papel simbólico central na memória histórica e na cultura política do Piauí. Sobre esse episódio e suas repercussões, assinale a alternativa correta.

- a) O evento, embora desconhecido fora do estado, não gerou qualquer marco institucional ou cultural no Piauí, sendo lembrado apenas em comunidades locais da região de Campo Maior.
- b) A memória da Batalha do Jenipapo foi incorporada oficialmente à simbologia estadual, sendo evocada na bandeira do Piauí e celebrada em museus e produções culturais locais.

c) A batalha foi liderada exclusivamente por oficiais do Exército Imperial, sendo o envolvimento popular uma narrativa construída posteriormente para fins patrióticos.

d) A derrota das forças piauienses invalidou qualquer contribuição efetiva do estado para o processo de independência do Brasil, razão pela qual o episódio foi historicamente marginalizado.

e) O marco da batalha foi destruído durante a mudança da capital de Oeiras para Teresina, como forma de consolidar um novo ciclo político dissociado do passado colonial.

61. O artesanato do Piauí é uma das formas mais expressivas de sua cultura popular, representando não apenas aspectos estéticos, mas também sociais, econômicos e históricos. Sobre essa manifestação cultural, assinale a alternativa correta.

a) A produção artesanal no Piauí está limitada ao espaço urbano da capital, onde são produzidas peças voltadas exclusivamente para o mercado turístico e comercial.

b) O artesanato piauiense desenvolveu-se a partir da industrialização do estado, sendo caracterizado pela padronização estética e pelo uso de materiais sintéticos.

c) A transmissão dos saberes artesanais ocorre predominantemente por meio de políticas públicas e cursos técnicos, o que elimina o papel das tradições familiares.

d) A cultura artesanal piauiense articula saberes tradicionais e práticas cotidianas, com destaque para técnicas como tecelagem, bordado, cerâmica e cestaria.

e) As manifestações artesanais do Piauí se inserem em um processo recente de urbanização acelerada, sendo desvinculadas de qualquer valor histórico ou simbólico regional.

62. A seca no sertão nordestino, particularmente em estados como o Piauí, produziu marcas profundas na vida social e também nas expressões culturais da região. Considerando as representações artísticas desse fenômeno, assinale a alternativa correta.

- a) As manifestações culturais relacionadas à seca restringem-se à produção historiográfica oficial, sendo praticamente ausentes nas artes visuais e na literatura brasileira.
- b) Obras como O Quinze, Morte e Vida Severina e Vidas Secas tematizam a seca a partir de uma perspectiva épica e glorificada, celebrando a superação heróica dos retirantes nordestinos.
- c) A seca do final do século XIX, conhecida como “Seca Seculorum”, foi retratada em diferentes linguagens artísticas como símbolo do abandono político e da resistência do povo sertanejo.
- d) O ciclo da seca no Nordeste é comumente interpretado como um processo exclusivamente natural e inevitável, sem implicações sociais ou políticas nas obras culturais.
- e) A arte produzida sobre a seca costuma retratar a paisagem árida do sertão de forma romantizada, destacando o sertanejo como personagem folclórico e idealizado.

63. Durante a Primeira República, embora as elites políticas do Piauí concentrassem o poder nas mãos de poucas famílias e priorizassem investimentos em símbolos de status como teatros e sociedades literárias, a população popular mantinha vivas expressões culturais enraizadas no cotidiano e nas tradições. Com base nessa realidade, assinale a alternativa correta.

- a) O Bumba Meu Boi e o Reisado, manifestações populares do Piauí, foram criados por membros da elite letrada da capital com o objetivo de promover a cultura erudita no interior do estado.
- b) A cultura popular piauiense durante a Primeira República foi amplamente substituída por práticas culturais importadas do sul do país, como o teatro lírico e a literatura acadêmica.

c) As manifestações populares como o Bumba Meu Boi e o Reisado foram toleradas pela elite, mas não eram consideradas legítimas expressões culturais, sendo marginalizadas frente à cultura oficial.

d) As elites piauienses do início do século XX promoviam festivais de Reisado e Bumba Meu Boi como parte da estratégia de integração cultural entre o campo e a cidade.

e) O Piauí não desenvolveu manifestações culturais próprias, limitando-se a importar tradições de outros estados, especialmente do Maranhão e da Bahia.

64. Durante a Primeira República (1889–1930), a realidade política do Piauí refletia as características do sistema oligárquico vigente no Brasil. Sobre esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

a) O governo piauiense foi marcado por ampla participação popular, garantida pelo voto secreto e pelo fortalecimento das instituições democráticas locais.

b) O termo “coelhado” referia-se a um modelo de gestão progressista implementado por Joaquim Nogueira Paranaguá, que rompeu com as oligarquias tradicionais e promoveu reformas sociais.

c) O fim da Primeira República no estado representou uma ruptura definitiva com o coronelismo, dando início a um ciclo de alternância real de poder entre os diferentes segmentos da sociedade.

d) A economia piauiense nesse período foi dinamizada pela reforma agrária promovida pelas famílias tradicionais, o que reduziu os conflitos fundiários e ampliou a inclusão social.

e) A elite política piauiense concentrou o poder por meio de alianças familiares, fraudes eleitorais e controle da máquina pública, mantendo a maior parte da população excluída das decisões políticas.

65. A respeito das características hidrográficas do Piauí, assinale a alternativa correta.

- a) O rio Parnaíba é o principal afluente da Bacia do São Francisco, sendo responsável por abastecer grande parte do semiárido piauiense com águas provenientes do Cerrado.
- b) Os rios piauienses, em sua maioria, são intermitentes, inclusive o rio Parnaíba, que costuma secar completamente durante o período do B-R-O BRÓ.
- c) O rio Poti, embora percorra o território do Piauí, nasce no estado da Bahia e é considerado o principal formador do delta do Parnaíba.
- d) A Bacia do Parnaíba se destaca por sua baixa vazão em comparação ao total nacional e pela existência de aquíferos e chuvas em seu alto curso, que tornam o rio Parnaíba perene.
- e) A Bacia do São Francisco cobre a maior parte do território do Piauí, sendo seus principais afluentes os rios Canindé, Longá e Itaueira.

66. Considerando os diferentes biomas e formações vegetais presentes no território do Piauí, bem como suas características climáticas e ecológicas, assinale a alternativa que apresenta uma informação compatível com a realidade ambiental do estado.

- a) A Caatinga, predominante no território piauiense, caracteriza-se por sua vegetação densa, perene e adaptada ao clima tropical úmido, com elevada biodiversidade.
- b) O Cerrado piauiense é encontrado principalmente nas regiões litorâneas do estado, com solos férteis, árvores de grande porte e vegetação hidrófila.
- c) As Matas de Cocais, presentes em faixas de transição entre o semiárido e regiões mais úmidas, reúnem espécies economicamente relevantes como o babaçu e a carnaúba.
- d) Os manguezais cobrem amplas áreas do interior do estado, próximos a rios intermitentes, sendo formados por vegetação de cerrado adaptada a solos arenosos.

e) As formações vegetais do sul do estado são tipicamente compostas por floresta amazônica de terra firme, com grande presença de árvores latifoliadas e clima equatorial.

67. A economia piauiense passou por transformações estruturais desde o período colonial, marcadas por ciclos econômicos distintos e por uma trajetória de industrialização tardia e modernização recente. Considerando os principais marcos históricos da formação econômica do estado, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação compatível com esse processo.

- a) O desenvolvimento econômico do Piauí, desde o século XIX, esteve centrado na atividade industrial, sobretudo com a exploração mineral e a construção de ferrovias destinadas ao escoamento da produção.
- b) A cultura do algodão impulsionou uma industrialização precoce no estado e foi responsável por acelerar o processo de urbanização nas regiões semiáridas piauienses.
- c) A atividade extrativista da carnaúba perdeu relevância econômica após a década de 1930, sendo amplamente substituída pelo extrativismo da borracha oriunda da floresta amazônica.
- d) A pecuária extensiva, base do chamado ciclo do gado, foi central no povoamento do interior piauiense e estruturou uma economia agropecuária voltada principalmente ao abastecimento de outras capitanias nordestinas.
- e) A modernização agrícola no cerrado piauiense, marcada pela introdução de tecnologias mecanizadas, teve início no começo do século XX e consolidou-se como o principal polo agroexportador do estado ainda na Primeira República.

68. A economia do Piauí apresenta uma trajetória marcada por assimetrias regionais, heranças coloniais e tentativas de modernização em contextos tardios. Nas últimas décadas, observa-se a expansão de novas atividades econômicas no estado, paralelamente à permanência de estruturas tradicionais. Considerando esses aspectos, assinale a alternativa correta.

- a) A industrialização no Piauí foi impulsionada de forma precoce, sobretudo no século XIX, quando o estado se destacou na produção de bens duráveis e na instalação de polos industriais em Teresina e Parnaíba.
- b) O setor de serviços representa a menor participação no PIB estadual, sendo superado por atividades extrativistas e agropecuárias tradicionais, como a pecuária extensiva e a coleta de carnaúba.
- c) A modernização agrícola nas áreas de cerrado piauiense, especialmente na região sudoeste do estado, impulsionou a produção de grãos, atraindo investimentos e elevando a participação do agronegócio no PIB estadual.
- d) A distribuição espacial das atividades econômicas do Piauí revela uma homogeneidade entre as mesorregiões, com presença equilibrada de indústrias, comércio e serviços em todas as áreas do estado.
- e) A economia extrativista do Piauí, embora relevante no período colonial, foi totalmente substituída por atividades industriais e mecanizadas ao longo do século XX, deixando de ter qualquer peso nas exportações do estado.

69. A estrutura econômica do Piauí revela profundas disparidades entre suas regiões, marcadas por desequilíbrios históricos no acesso à infraestrutura, à modernização produtiva e à integração com mercados nacionais e internacionais. Com base nessas características e nas transformações recentes no espaço piauiense, assinale a alternativa correta.

- a) A maior parte do dinamismo econômico do estado está concentrada na região semiárida, especialmente em municípios do centro-sul, que abrigam as principais atividades industriais e polos financeiros do Piauí.
- b) Teresina, como capital e principal centro urbano do estado, concentra grande parte das atividades do setor terciário, revelando a centralização da infraestrutura e da oferta de serviços em detrimento de outras regiões.
- c) A Região Norte do estado, especialmente o litoral, concentra o setor agroindustrial moderno, destacando-se como principal exportadora de grãos, fibras e energia renovável do Piauí.
- d) O processo de modernização produtiva no Piauí foi acompanhado por uma distribuição territorial equitativa dos investimentos, resultando na redução expressiva das desigualdades regionais entre o norte e o sul do estado.
- e) A economia do estado se estrutura com base no setor secundário, especialmente a partir de parques industriais de alta tecnologia instalados nas regiões do sertão central, com destaque para os polos de Floriano e Picos.

70. Nas últimas décadas, o Piauí tem passado por transformações em sua estrutura produtiva, com destaque para a inserção em cadeias produtivas modernas e sustentáveis. Esse processo envolve mudanças na matriz energética estadual, bem como a reconfiguração territorial da produção agrícola e industrial. Considerando essas transformações recentes, assinale a alternativa correta.

- a) O Piauí apresenta um parque energético voltado majoritariamente para fontes fósseis, com predominância da exploração de gás natural e petróleo nas regiões do cerrado.
- b) A produção de energia eólica e solar tem crescido no estado, especialmente em áreas como o semiárido, posicionando o Piauí entre os principais produtores nacionais dessas fontes renováveis.
- c) A instalação de usinas hidrelétricas de grande porte no rio Parnaíba foi o principal vetor de modernização da economia piauiense, ampliando o consumo industrial e estimulando o setor secundário.
- d) O avanço da agricultura mecanizada nas áreas litorâneas do estado é o principal responsável pela atração de investimentos no setor de exportação de energia renovável.
- e) A participação da energia renovável na matriz energética estadual é inexpressiva, pois os investimentos em fontes sustentáveis encontram-se concentrados no Sul e Sudeste do país, sem impacto direto no Piauí.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

71. Sobre impressoras, das letras abaixo, marque a correta:

- a) A impressora matricial deve ser substituída por uma tecnologia mais moderna

- b) A impressora jato de tinta deve ser usada quando desejamos imprimir muito e com qualidade de impressão
- c) A impressora matricial deve ser usada quando desejamos imprimir muito, gastando pouco e sem a preocupação com a qualidade da impressão
- d) A impressora laser deve ser usada quando desejamos imprimir pouco e com qualidade de impressão
- e) A impressora térmica apresenta impressão permanente que não sofre desgaste com o tempo.

72. No Excel, na célula A1 temos o valor "SEFAZ" e na célula B1 o valor "PI". Ao ser digitado em C1 a função =concatenar(A1;A2) e pressionar enter, o que surgirá na célula C1

- a) SEFAZPI
- b) "SEFAZPI"
- c) #ERRO
- d) SEFAZ PI
- e) SEFAZ

73. De acordo com a tabela abaixo:

	A	B	C	D	E	F
1	Código	Produto	Preço		BUSCA	PREÇO
2	101	Teclado	R\$85,00		103	
3	102	Mouse	R\$45,00			
4	103	Monitor	R\$1.200,00			
5	104	Impressora	R\$980,00			
6	105	Headset	R\$150,00			

Qual fórmula, das listadas abaixo, o usuário deve colocar na célula F2 para retornar corretamente o nome do produto cujo código está na célula E2:

- a) =PROCV(E2;A2:C6;2;FALSO)
- b) =PROCV(E2;A1:C5;3;VERDADEIRO)
- c) =PROCV(103;A2:C6;1;FALSO)
- d) =PROCV(E1;A2:C6;2;VERDADEIRO)
- e) =PROCV(E2;B1:C5;2;FALSO)

74. Das letras abaixo, marque aquela que descreve o papel correta da AC-Raiz:

- a) É a responsável por emitir e validar os chamados "carimbos de tempo", que são exigidos em algumas certificações.
- b) É responsável pela regulamentação de todas as ACs a ela subordinadas.
- c) São as instituições (públicas ou privadas) responsáveis pela emissão, renovação e cancelamento de Certificados Digitais.
- d) Ela viabiliza a emissão de certificados digitais no país e define padrões.
- e) São responsáveis por realizar a conexão entre a Autoridade Certificadora e o cliente.

75. Qual princípio da segurança da informação é violado quando um dado sigiloso é visualizado por uma pessoa não autorizada?

- a) Disponibilidade.
- b) Integridade.
- c) Confidencialidade.
- d) Redundância.
- e) Autenticidade.

76. Sobre o uso de transações e triggers em SGBDs, assinale a afirmativa correta.

- a) Triggers são comandos manuais executados por usuários para iniciar uma transação.
- b) Uma transação não pode ser desfeita após o uso do comando COMMIT.
- c) As triggers servem apenas para monitorar consultas SELECT e JOINS.
- d) Uma transação é sempre composta por apenas uma instrução SQL.
- e) Triggers são usadas exclusivamente em bancos NoSQL para replicação.

77. Em um banco de dados relacional, marque a alternativa correta sobre a criação de tabelas e definição de chaves primárias e estrangeiras:

- a) A chave primária (PRIMARY KEY) permite valores duplicados, desde que o restante dos atributos da tabela seja diferente.
- b) A chave estrangeira (FOREIGN KEY) é usada para garantir a unicidade dos registros dentro de uma tabela, sem relacioná-la a outras tabelas.
- c) A chave primária de uma tabela deve conter valores únicos e não nulos, sendo usada para identificar de forma exclusiva cada registro.
- d) A chave estrangeira aceita apenas valores nulos, para evitar a propagação de alterações entre tabelas relacionadas.
- e) É obrigatório que a chave primária e a chave estrangeira tenham nomes idênticos em tabelas distintas para que o relacionamento funcione.

78. Sobre as views (visões) em bancos de dados SQL, marque a alternativa incorreta:

- a) Uma view pode ser usada para simplificar consultas complexas, apresentando dados de várias tabelas em uma única estrutura lógica.
- b) Views podem ser utilizadas como mecanismo de segurança, permitindo limitar o acesso a determinados campos ou registros para usuários específicos.
- c) É possível atualizar registros diretamente em uma view simples, desde que não envolva junções ou funções de agregação.
- d) Views armazenam fisicamente os dados que representam, ocupando espaço em disco igual ao das tabelas originais.
- e) Ao excluir uma view, os dados das tabelas subjacentes permanecem intactos, pois a view é apenas uma definição lógica.

79. Em relação às características de um Data Warehouse (DW), marque a alternativa correta:

- a) Um Data Warehouse é orientado a aplicações transacionais e otimizado para operações de inserção e atualização em tempo real.
- b) O Data Warehouse é integrado, orientado a assunto, variável no tempo e não volátil, servindo como repositório central de dados históricos para apoio à decisão.
- c) O Data Warehouse substitui os sistemas transacionais, eliminando a necessidade de bancos de dados operacionais.
- d) A principal função do Data Warehouse é armazenar dados temporários para análises imediatas e depois descartá-los.
- e) O Data Warehouse é projetado exclusivamente para operações OLTP (Online Transaction Processing), priorizando velocidade em transações curtas.

80. Sobre conceitos de Business Intelligence (BI), marque a alternativa incorreta:

- a) BI é uma tecnologia restrita apenas a grandes empresas, pois não pode ser aplicada em pequenas ou médias organizações.
- b) BI envolve processos e ferramentas que transformam dados brutos em informações relevantes, facilitando análises estratégicas.
- c) BI possibilita a criação de painéis interativos (dashboards) que apresentam indicadores em tempo real para apoio à tomada de decisão.
- d) BI pode integrar dados provenientes de diferentes fontes, como sistemas ERP, planilhas e bancos de dados corporativos.
- e) BI permite a identificação de tendências e padrões que apoiam o planejamento e a definição de estratégias organizacionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

81. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.
- II-) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

82. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

83. A Igreja Batista de Teresina/PI alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

84. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal, julgue os itens a seguir:

- I-) O ITCMD será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- II-) O ICMS deverá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- III-) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização, da nacionalidade e do impacto ambiental.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I
- d) I, II e III.
- e) II.

85. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

86. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- II-) A imunidade cultural aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.
- III-) Incide Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

87. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

88. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

III-) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) I.

89. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
- b) ao erro ou ignorância inexcusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
- c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
- d) à diminuta importância da obrigação tributária.
- e) ao interesse do sujeito passivo.

90. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

91. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I
- e) I, II e III.

92. Assinale a alternativa que apresente incorretamente uma característica do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços:

- a) será informado pelo princípio da neutralidade.
- b) incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços.
- c) não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- d) terá legislação única e uniforme em todo o território nacional.
- e) terá alíquotas fixadas por lei complementar.

93. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

I-) Resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.

II-) Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação em relação ao IBS e CBS para combustíveis e lubrificantes, sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.

III-) Qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação do IBS deverá ser compensada pela elevação ou redução, pelo Senado Federal, das alíquotas de referência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

94. Em relação ao Comitê Gestor do IBS, analise os itens a seguir:

I-) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.

II-) A presidência do Comitê Gestor do IBS será ocupada exclusivamente por um representante do conjunto dos Estados e o Distrito Federal.

III-) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços e a administração tributária da União deverão implementar soluções integradas para a administração e cobrança do IBS e CBS.

São características do IBS o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) II.

95. Conforme dispõe a CF/88, com redação dada pela Reforma Tributária (EC 132/2023), a quem cabe processar e julgar, originariamente os conflitos entre entes federativos, em relação ao IBS e CBS?

- a) Supremo Tribunal Federal
- b) Senado Federal
- c) Superior Tribunal de Justiça
- d) Congresso Nacional
- e) Comitê Gestor do IBS

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Eduardo Da Rocha

96. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a incidência do IBS e da CBS:

- I. A doação com contraprestação em benefício do doador caracteriza-se como operação onerosa e, portanto, está sujeita ao IBS e à CBS.
- II. O fornecimento de ativo imobilizado por empresa que não explore habitualmente esse tipo de operação não configura fato gerador do IBS e da CBS.
- III. O mútuo oneroso de bens ou serviços, ainda que entre partes relacionadas, caracteriza hipótese de incidência do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

97. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a caracterização das operações onerosas sujeitas ao IBS e à CBS:

- I. A ausência de lucro em uma operação não afasta, por si só, a incidência do IBS e da CBS, desde que haja contraprestação.

II. A titularidade formal do bem objeto da operação, incluindo eventual ausência de registro ou formalização do negócio, é elemento essencial para que se configure a incidência do IBS e da CBS.

III. O cumprimento de obrigações legais ou regulamentares, como o registro do contrato em órgão competente, é condição necessária para a caracterização do fato gerador do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

98. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre o arbitramento do valor da operação para fins de cálculo do IBS e da CBS:

- I. A ausência de emissão de documento fiscal, por si só, autoriza o arbitramento do valor da operação pela administração tributária, desde que não haja elementos suficientes para comprovar o valor real da operação.
- II. Mesmo quando apresentado documento fiscal com valor declarado, o Fisco pode arbitrar a base de cálculo do tributo se o valor declarado for notoriamente inferior ao de mercado.
- III. Quando não for possível apurar o valor de mercado de uma operação entre partes não relacionadas, a autoridade fiscal poderá utilizar o custo do bem ou serviço acrescido das despesas e do lucro bruto do contribuinte como critério de arbitramento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

99. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre o procedimento padrão de split payment:

- I. O fornecedor deve inserir no documento fiscal eletrônico informações que permitam identificar tanto os tributos incidentes sobre a operação quanto a conexão entre a transação comercial e o respectivo pagamento.
- II. Cabe exclusivamente ao fornecedor transmitir ao prestador de serviço de pagamento as informações necessárias para a realização do split payment.
- III. O prestador de serviço de pagamento, antes de repassar os valores ao fornecedor, deve consultar o sistema do Comitê Gestor do IBS e da RFB para segregar os valores devidos, considerando inclusive créditos eventualmente utilizados para extinção parcial do débito.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

100. A empresa Caldeiras Nacional S.A. forneceu um conjunto de equipamentos industriais à Metalúrgica Oriente Ltda., em operação sujeita ao IBS e à CBS. Contudo, a Metalúrgica Oriente teve sua falência decretada antes de realizar qualquer pagamento. O setor fiscal da Caldeiras Nacional S.A. avalia a possibilidade de se creditar dos tributos pagos na operação inadimplida.

Considerando o disposto na LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) A Caldeiras Nacional poderá se creditar dos valores pagos apenas se a Metalúrgica Oriente tiver se apropriado de créditos sobre a operação.
- b) A empresa fornecedora poderá se creditar, mesmo que a operação não tenha sido registrada na sua contabilidade no período do fato gerador.

c) O crédito somente será possível se a operação não tiver gerado crédito ao adquirente, tiver sido regularmente registrada e o pagamento aos credores tiver sido encerrado de forma definitiva.

d) O encerramento do pagamento aos credores da falida é dispensável para fins de aproveitamento do crédito pela fornecedora.

e) A falência do adquirente impede, em qualquer hipótese, o aproveitamento de crédito fiscal pelo fornecedor.

101. Nos termos da Lei nº 4.254/1988, que dispõe sobre a cobrança de taxas no Estado do Piauí, assinale a alternativa correta quanto às hipóteses de isenção:

- a) São isentas das taxas todas as instituições que prestem serviços de educação ou cultura.
- b) São isentos das taxas os grêmios estudantis e os diretórios acadêmicos vinculados ao ensino superior, não sendo isentas os vinculados ao ensino médio.
- c) Os candidatos a concursos públicos estaduais são isentos do pagamento da taxa de inscrição, desde que comprovem insuficiência de recursos.
- d) Pessoas jurídicas com fins lucrativos são alcançadas pela isenção prevista para a emissão de nota fiscal avulsa em vendas a programas sociais.
- e) Os templos de qualquer culto somente serão isentos das taxas se também forem reconhecidos como entidades beneficentes.

102. Com base no RICMS do Piauí, analise as afirmativas a seguir sobre a escrituração e responsabilidade pelos livros fiscais:

- I. A centralização da escrituração fiscal entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte é vedada, salvo nos casos expressamente previstos em Convênios, Ajustes ou Protocolos.
- II. O novo titular de um estabelecimento resultante de fusão ou incorporação assume a responsabilidade tanto pelos livros fiscais em uso quanto pelos livros já encerrados do contribuinte anterior.
- III. Os livros contábeis e outros documentos exigidos por órgão público são considerados instrumentos auxiliares dos livros fiscais, ainda que pertençam a terceiros.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

103. A empresa Mercado Econômico Ltda., até então optante pelo Simples Nacional, foi excluída do regime por ultrapassar o limite de receita bruta. No momento da exclusão, possuía em estoque mercadorias tributadas adquiridas tanto de empresas do regime normal quanto de outras optantes pelo Simples. Também havia bens do ativo permanente adquiridos com ICMS destacado. O contador da empresa solicitou esclarecimentos sobre a possibilidade de aproveitamento de créditos do imposto.

Considerando as disposições do Anexo V do RICMS/PI, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa poderá apropriar integralmente o crédito das mercadorias em estoque, inclusive aquelas adquiridas de microempresas optantes pelo Simples Nacional.
- b) Não é permitido qualquer aproveitamento de crédito em relação ao estoque ou aos bens do ativo permanente, uma vez que a empresa optava pelo Simples Nacional.
- c) A empresa poderá recuperar o crédito das mercadorias em estoque, exceto aquelas isentas, sujeitas à substituição tributária ou adquiridas de optantes pelo Simples.
- d) Em relação aos bens do ativo permanente, o crédito poderá ser aproveitado integralmente no primeiro período subsequente à exclusão.
- e) A opção pelo Simples Nacional autoriza a manutenção de créditos anteriores à sua adesão.

104. A empresa Indústria Química do Meio-Norte Ltda., sediada em Teresina-PI, adquiriu um lote de solventes industriais, mercadoria usualmente submetida ao regime de substituição tributária, de uma distribuidora localizada também no Piauí. No entanto, a Indústria Química é fabricante do mesmo produto e, além disso, possui regime especial concedido pela SEFAZ/PI que a autoriza a atuar como substituta tributária nas saídas internas subsequentes. Em outro cenário, a mesma empresa adquiriu matéria-prima de fornecedor localizado em São Paulo para ser utilizada exclusivamente em processo de industrialização, sem qualquer intenção de comercialização do insumo adquirido.

Considerando as normas do RICMS/PI, assinale a alternativa correta:

- a) A distribuidora está obrigada a reter o ICMS por substituição tributária na operação com a Indústria Química.
- b) A existência de regime especial concedido pela SEFAZ/PI é irrelevante para efeitos de dispensa da substituição tributária nas saídas internas.
- c) A operação interestadual com matéria-prima para industrialização, sem comercialização pelo destinatário, não se submete ao regime de substituição tributária.
- d) A produção em escala industrial não relevante obriga a aplicação da substituição tributária em qualquer operação interestadual.
- e) O estabelecimento destinatário só poderá ser dispensado da substituição tributária se não for contribuinte do ICMS.

105. A empresa Comercial Leste Ltda., estabelecida no Estado de Minas Gerais, realizou a venda de um lote de móveis corporativos para a empresa Sapatos do Futuro S.A., vendedora de calçados, sediada em Teresina-PI e regularmente inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS. A operação foi realizada sob alíquota interestadual de 7%, sendo que a alíquota interna vigente no Piauí para os referidos produtos é de 18%.

Diante desse cenário e com base no RICMS/PI, assinale a alternativa correta:

- a) O remetente mineiro é o responsável exclusivo pelo recolhimento da diferença entre a alíquota interna e a interestadual.
- b) A responsabilidade pelo recolhimento do DIFAL é do destinatário piauiense, por ser contribuinte do imposto.
- c) Como se trata de operação entre empresas, não há incidência de DIFAL, apenas o ICMS da operação própria.
- d) A operação está sujeita apenas à alíquota interestadual de 7%, não se aplicando a alíquota interna do Piauí.
- e) A empresa remetente deverá recolher o DIFAL para o Estado de origem, não havendo recolhimento para o Piauí.

106. A empresa AgroDistribuidora Serra Verde Ltda., situada em Picos-PI, transferiu mercadorias de seu estoque para um armazém geral localizado em Teresina-PI, com o objetivo exclusivo de armazenagem temporária em nome da própria remetente. Posteriormente, decidiu remeter outro lote de mercadorias para um depósito fechado localizado em Fortaleza-CE, igualmente de sua titularidade, e também vinculado ao seu estabelecimento em Picos. Ambas as operações ocorreram sem a circulação jurídica das mercadorias. Após três meses, as mercadorias foram retornadas integralmente à unidade de origem.

Com base nas disposições do RICMS/PI, assinale a alternativa correta:

- a) Ambas as remessas estão abrangidas pela regra de não incidência do ICMS, por se tratarem de simples movimentações físicas sem transferência de propriedade.
- b) A remessa para o armazém geral em Teresina está sujeita à incidência do ICMS por ocorrer antes da posterior comercialização das mercadorias.
- c) Apenas a operação com destino ao armazém geral é alcançada pela não incidência, sendo a remessa interestadual ao depósito fechado em Fortaleza sujeita à incidência normal do imposto.
- d) A operação de retorno ao estabelecimento de origem no Piauí, após permanência no depósito fechado no Ceará, será considerada não tributável, por se tratar de mercadoria própria.
- e) A vinculação do depósito fechado ao estabelecimento de origem retira a incidência de ICMS.

107. A empresa AutoLux Importadora Ltda., estabelecida em Teresina-PI, realizou a importação de um automóvel de luxo proveniente da Itália, com o objetivo exclusivo de revendê-lo a consumidores no mercado interno. O desembaraço aduaneiro foi realizado no Porto de Suape-PE, e o

veículo foi transportado ao Piauí para exposição no showroom da empresa.

Com base na legislação do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta quanto ao momento da ocorrência do fato gerador do IPVA:

- a) Na data do desembaraço aduaneiro, por se tratar de veículo de procedência estrangeira.
- b) No momento em que o veículo foi transportado para o território piauiense.
- c) Na data da aquisição do veículo pela AutoLux, independentemente de sua destinação.
- d) No momento da aquisição do veículo pelo consumidor final, quando efetuada a venda.
- e) No primeiro dia do exercício financeiro subsequente à importação.

108. Com base na legislação do Estado do Piauí referente à isenção do IPVA, analise as afirmativas a seguir:

- I. É isenta do IPVA a propriedade de veículos de uso terrestre com mais de 15 anos de fabricação, independentemente da cilindrada ou finalidade do uso.
- II. A isenção do IPVA para veículos pertencentes a turistas estrangeiros está condicionada à reciprocidade de tratamento pelo país de origem e ao limite de até 1 ano.
- III. São isentas do IPVA as aeronaves agrícolas, desde que pertencentes a operador certificado para prestação de serviços aéreos a terceiros ou utilizadas na atividade agropecuária.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

109. Com base na legislação do IPVA do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta quanto à base de cálculo do imposto:

- a) A base de cálculo para veículo novo é o valor venal definido em tabela aprovada por protocolo firmado entre os Estados, independentemente da nota fiscal.
- b) Para veículo usado, a base de cálculo corresponde ao valor declarado pelo proprietário no momento do licenciamento, desde que compatível com a Tabela Fipe.
- c) Para veículo importado por consumidor final, a base de cálculo será o valor constante do documento de desembaraço aduaneiro, excluindo-se os outros tributos devidos na importação.
- d) A base de cálculo de veículo estrangeiro, adquirido de empresa revendedora, não pode ser inferior à soma do valor de desembaraço aduaneiro, tributos incidentes e margem de lucro.
- e) Para veículo de fabricação estrangeira, o fisco estadual deve adotar como base o preço do veículo novo nacional equivalente.

110. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo sobre hipóteses de constituição de crédito fiscal:

- I. O ICMS pago na aquisição de material de embalagem utilizado por estabelecimento industrial em produtos sujeitos ao tributo pode ser aproveitado como crédito fiscal.
- II. O imposto pago a título de diferencial de alíquota sobre bens do ativo permanente gera crédito fiscal, desde que observado o prazo e condições estabelecidos na legislação.
- III. É vedado ao contribuinte apropriar-se de saldo credor apurado em período anterior, ainda que regularmente escriturado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

e) Apenas a afirmativa I está correta.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Rafael Rocha (Caverna)

111. De acordo com a lei 4.261/89, com relação ao ITCMD, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ocorrência do fato gerador, na transmissão causa mortis, se dá com a abertura do inventário.
- II. O valor venal será apurado mediante avaliação procedida pela Fazenda Pública Estadual, expresso em moeda corrente nacional e o seu equivalente em UFR-PI, prevalecendo pelo prazo de 180 dias, findo o qual, sem o pagamento do imposto, far-se-á nova avaliação.
- III. Suas alíquotas serão progressivas em função do valor do quinhão ou da doação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

112. Com base na lei 4.261/89, em relação à competência para exigir o pagamento do imposto causa mortis e doação no Estado do Piauí, analise as afirmativas a seguir.

- I. Tratando-se de bens imóveis e respectivos direitos, o Estado competente para exigir o imposto será o da situação do bem ou do Distrito Federal.
- II. Com relação a títulos, competente será o Estado onde for domiciliado o “de cujus”, ainda que o inventário seja processado extrajudicialmente em outro Estado.
- III. No que diz respeito aos bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do doador, mesmo se o donatário residir em outro Estado.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa I estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

113. Com base na lei 6.949/17, o procedimento fiscal tem início nas seguintes situações:

- I. o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto
- II. a apreensão de mercadorias, documentos ou livros
- III. a representação
- IV. a apresentação de impugnação pelo sujeito passivo

São corretos, apenas:

- a) Todos os itens
- b) Itens I, II e III.
- c) Itens II, III e IV.
- d) Itens I, III e IV.
- e) Itens I e II.

114. Com base na lei 4.261/89, o contribuinte que utilizar ou propiciar a utilização de documento relativo a recolhimento do ITCMD com autenticação falsa ficará sujeito à multa de:

- a) 40% do imposto devido.
- b) 50% do imposto devido
- c) 80% do imposto devido.
- d) 100% do imposto devido.
- e) 150% do imposto devido.

115. Dibuteco, casado com Dona Maria, falece e deixa 2 bens imóveis no RJ, 1 no PI e dois veículos no ES. O inventário foi processado em SP e o falecido era domiciliado no PI. O casal tinha 4 filhos: João, José, Pedro e Paulo. Nesse caso, sabendo-se que todos os bens são comuns do casal, pode-se afirmar que, em favor do RJ:

- a) Há 4 fatos geradores do ITCMD causa mortis.
- b) Há 5 fatos geradores do ITCMD causa mortis.
- c) Há 10 fatos geradores do ITCMD causa mortis.
- d) Há 12 fatos geradores do ITCMD causa mortis.
- e) Há 20 fatos geradores do ITCMD causa mortis.

116. Com base no decreto 18.561/19, qual das alternativas abaixo está incorreta em relação à forma dos atos processuais no âmbito tributário?

- a) Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaço em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas e devem ser produzidos com indicação da data e local onde foram realizados e com a identificação de quem os praticou.
- b) A autoridade local fará realizar, no prazo de 30 dias, os atos processuais que devam ser praticados em sua jurisdição, por solicitação de outra autoridade preparadora ou julgadora.
- c) Salvo determinação legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, podendo a autenticação dos documentos exigidos em cópia efetuar-se no órgão administrativo que emitir ou recepcionar.
- d) Os atos processuais serão públicos, exceto quando em processo decorrente de sigilo legal ou por motivo de ordem pública, sendo assegurado o acesso apenas ao sujeito passivo.
- e) Mesmo quando exigida determinada forma, reputam-se válidos os atos que, realizados de outro modo, alcancem sua finalidade essencial.

117. De acordo com a lei 4.261/89, assinale a opção incorreta acerca do prazo de pagamento do imposto:

- a) nos inventários administrativos, o ITCMD será pago 60 dias após o cálculo do imposto pelo fisco estadual e ciência da homologação pelo contribuinte.
- b) na substituição de fideicomisso, o ITCMD será pago no prazo de até 30 dias contados do fato ou do ato jurídico determinante da substituição e antes da lavratura, se por escritura pública.
- c) nas aquisições por escritura ou instrumento particular lavrados fora do Estado ou em virtude de adjudicação, ou de qualquer sentença judicial, o ITCMD será pago dentro de 60 dias, contados do ato ou contrato, cujo instrumento deverá ser apresentado à Fazenda Pública Estadual para cálculo do imposto devido.
- d) na dissolução da sociedade conjugal, sobre o valor que exceder à meação, transmitido de forma gratuita, o ITCMD será pago no prazo de até 30 dias contados da data em que transitar em julgado a sentença, ou antes, da lavratura de escritura pública.
- e) nos inventários judiciais, o ITCMD será pago 180 dias após a data da abertura da sucessão.

118. Com base na lei 4.261/89, pode-se afirmar que a Junta Comercial do Estado do Piauí - JUCEPI, comunicará à Secretaria de Fazenda a entrada de qualquer instrumento que altere a participação societária de titulares de empresas, seja na transferência por cessão, doação, renúncia ou falecimento:

- a) no prazo de 10 dias após a referida entrada.
- b) no prazo de 10 dias úteis a referida entrada.
- c) até o dia 10 do mês subsequente àquele em que ocorrer a referida entrada.
- d) até o 10º dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrer a referida entrada.
- e) no prazo de 10 dias após a referida entrada.

119. Com base na lei 4.261/89, assinale a opção incorreta acerca das infrações relativas ao ITCMD:

- a) Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todos os que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática, ou dela se beneficiarem.
- b) Apurando-se, em um mesmo processo, a prática de mais de uma infração por uma mesma pessoa, natural ou jurídica, aplicar-se-á, apenas, a pena mais gravosa.
- c) As multas deverão ser estabelecidas em função da obrigação principal e das obrigações acessórias.
- d) As multas proporcionais ao valor do imposto serão calculadas sobre o respectivo montante.
- e) As infrações serão apuradas através do Processo Administrativo Fiscal, na forma do previsto na legislação do ICMS.

120. Com base no decreto 18.561/19, a prova de quitação de tributo será feita mediante apresentação da certidão negativa expedida pelo fisco estadual:

- a) no prazo máximo de 24 horas, cuja validade é de 60 dias contados da data de sua emissão.
- b) no prazo máximo de 48 horas, cuja validade é de 60 dias contados da data de sua emissão.
- c) no prazo máximo de 24 horas, cuja validade é de 30 dias contados da data de sua emissão.
- d) no prazo máximo de 48 horas, cuja validade é de 30 dias contados da data de sua emissão.
- e) no prazo máximo de 10 dias, cuja validade é de 60 dias contados da data de sua emissão.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

121. De acordo com o CPC 00 (R2), para que exista um passivo, os seguintes critérios devem ser satisfeitos:

- I. A entidade tem uma obrigação
- II. A obrigação é de transferir um recurso econômico
- III. A obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados
- IV. Outra parte (ou partes) deve reconhecer um ativo ou mensurá-lo pelo mesmo valor do passivo.

Marque a alternativa que contém todos os itens corretos:

- a) I e III
- b) III e IV
- c) I e IV
- d) I, II e III
- e) I, III e IV

122. Determinada entidade, realizando um levantamento patrimonial, constatou a existência de dois veículos no valor de R\$ 4.000,00 cada um; um imóvel, que usa como sede, no valor de R\$ 20.000,00; estoques de mercadorias para revenda, no valor de R\$ 10.000,00; móveis e utensílios no valor de R\$ 5.000,00; uma máquina, totalmente depreciada, comprada por R\$ 4.000,00; uma dívida com os fornecedores de mercadorias, para pagamento em trinta dias, no valor de R\$ 5.200,00; impostos a pagar no valor de R\$ 2.700,00; duplicatas descontadas junto ao banco no valor de R\$ 5.000,00, por cujo pagamento a entidade é responsável junto ao banco.

Nesse contexto, o patrimônio líquido dessa entidade é de

- a) R\$ 43.000,00.
- b) R\$ 48.000,00.
- c) R\$ 30.100,00.
- d) R\$ 26.100,00.
- e) R\$ 38.300,00.

123. Em outubro de 2020, uma indústria adquiriu um equipamento para o ativo imobilizado pelo valor hipotético de R\$ 350.000,00. O pagamento desse ativo foi:

- 30% à vista;
- 70% em uma parcela ao final de 12 meses.

Adicionalmente, verificou-se que a empresa recebeu, de um cliente, 70% de um valor total de R\$ 70.000,00, que se encontrava atrasado. Aproveitando essa oportunidade, pagou uma duplicata de um fornecedor no valor de R\$ 25.000,00.

Considerando apenas as operações contábeis descritas no mês de outubro de 2020, é correto afirmar:

- a) Não houve alteração no total do ativo e passivo da empresa.
- b) O ativo da empresa aumentou em R\$ 220.000,00.
- c) O ativo da empresa aumentou em R\$ 269.000,00.
- d) O passivo da empresa aumentou em R\$ 350.000,00.
- e) O patrimônio líquido variou, negativamente, em R\$ 130.000,00.

124. Sobre o CPC 27, que trata do Ativo Imobilizado, marque a assertiva incorreta:

- a) Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.
- b) O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.
- c) Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.
- d) É possível um terreno ter vida útil limitada e, assim, ser depreciado.
- e) O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração.

125. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra.

A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 50% não apresentarão defeitos, 35% apresentarão defeitos menores e 15% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 400.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 750.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconhecerá como provisão.

- a) R\$ 112.500,00
- b) R\$ 252.500,00
- c) R\$ 400.000,00
- d) R\$ 750.000,00
- e) R\$ 1.150.000,00

126. A empresa W, ré nos processos trabalhistas X, Y e Z, que discutem a mesma matéria, mas correm em varas trabalhistas distintas, será provavelmente condenada a pagar as indenizações reclamadas. A tabela a seguir refere-se aos processos trabalhistas desfavoráveis à empresa W.

Processos	Desembolso (em R\$ mil)	Probabilidade de ocorrência
X	300	70%
Y	180	60%
Z	40	80%

Na situação hipotética apresentada, o montante de provisão a ser reconhecido é de, em R\$ mil:

- a) R\$ 40.
- b) R\$ 180.
- c) R\$ 300.
- d) R\$ 350.
- e) R\$ 520.

127. A empresa É Lenha S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, cujas informações são dadas a seguir:

nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2012 (em R\$)	Probabilidade de Perda em 31/12/2013	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2013 (em R\$)
1	100.000	Provável	80.000
2	50.000	Possível	60.000
3	0,00	Provável	40.000
4	0,00	Possível	20.000

Com base nestas informações, a empresa É Lenha S.A.

- a) em relação ao processo 1, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 80.000 como despesa referente às Provisões.
- b) em relação ao processo 2, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 60.000 como ganho referente às Provisões.
- c) em relação ao processo 3, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 40.000 como despesa referente às Provisões.
- d) em relação ao processo 4, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 20.000 como despesa referente às Provisões.
- e) apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, o valor de R\$ 200.000 como Provisão.

128. A MAVIFOR tinha prejuízos acumulados de R\$ 20.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro. Desse lucro, após destinar R\$ 40.000,00 para imposto de renda e CSLL, a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 2.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 1.620,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. MAVIFOR, no final da Demonstração de Resultado do Exercício, vai indicar o lucro líquido do exercício no valor de

- a) R\$ 34.580,00.
- b) R\$ 14.580,00.
- c) R\$ 34.380,00.
- d) R\$ 20.000,00.
- e) R\$ 74.580,00.

129. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa Sorvetes S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da MAVIFOR S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da MAVIFOR S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Sorvetes S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 780.000,00.
- c) 1.000.000,00.
- d) 1.200.000,00.
- e) 1.300.000,00.

130. A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor unitário de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor.

Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de

- a) R\$ 1.120,00
- b) R\$ 1.050,00
- c) R\$ 1.000,00
- d) R\$ 930,00
- e) R\$ 880,00

131. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou uma constante redução durante todo o exercício de 2020. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques

- a) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.
- b) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.
- c) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
- d) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.
- e) UEPS, PEPS e Média Ponderada Móvel.

132. A reserva de incentivos fiscais será considerada realizada, sendo computada na determinação do lucro real nos seguintes casos, exceto:

- Quando for utilizada para distribuição de dividendos.
- No período em que for utilizada para aumento do capital social, no montante capitalizado.
- Em cada período de apuração, na proporção em que os ativos adquiridos pela aplicação do ganho de capital diferido sejam realizados por alienação.
- No período em que for constituída a reserva de lucro.
- Em cada período de apuração, na proporção em que os ativos adquiridos pela aplicação do ganho de capital diferido sejam realizados por depreciação, amortização ou exaustão ou por baixa por perecimento.

133. Admita-se um saldo de R\$ 200.000 de Duplicatas a Receber, com valores e prazos, a vencer e já vencidos, conforme tabela abaixo:

	Duplicatas a Receber	% de Perda Estimada	PECLD
Não vencidas	45000	0,02	
A vencer em 30 dias	50000	0,05	
A vencer em 60 dias	40000	0,1	
A vencer em 90 dias	30000	0,2	
A vencer em 180 dias	30000	0,5	
A vencer em + de 180 dias	5000	1	
Total	200000		

O valor a ser constituído a título de Despesa com PECLD é de:

- zero;
- R\$ 16.700;
- R\$ 33.400;
- R\$ 28.400;
- R\$ 44.200;

134. A empresa CM possui três tipos de produtos diferentes em seu estoque, sendo que o custo de aquisição total é de R\$ 34.000, conforme evidenciado a seguir.

Produtos	Custo unitário	Quantidade	Custo total
A	20	500	10.000
B	50	360	18.000
C	30	200	6.000
Total		1.060	34.000

Segue, abaixo, valores unitários de venda e despesas de venda de cada um dos produtos:

Produtos	Valor de venda un	Despesas de venda total
A	25	1.250
B	55	5.800
C	35	1.500

Assinale o valor da Despesa com Estimativa de Perdas em Estoques:

- R\$ 0,00.
- R\$ 500,00.
- R\$ 3.250,00.
- R\$ 4.000,00.
- R\$ 4.500,00.

135. A companhia MAVIFOR Ltda comprou um equipamento pelo valor de R\$ 90.000,00 que, acrescido de despesas de frete, seguro e instalação, totaliza R\$ 107.500,00. A vida útil calculada para esse maquinário foi de 15 anos, e o valor residual do bem foi estimado em R\$ 7.500,00. A data da aquisição e instalação do equipamento foi em 1º de abril de 2020. A despesa de depreciação calculada e contabilizada, para efeito societário, no ano de 2020, considerando hipoteticamente a data de encerramento do exercício em 31/12, em Reais, foi de:

- 5.000,00
- 3.333,33
- 5.500,00
- 6.666,66
- 10.000,00

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

136. Antes de se apresentar e sua forma mais moderna, o orçamento público sofreu modificações ao longo do tempo. E essa evolução se apresenta revestidas em forma de espécies orçamentárias. Sendo assim, os tipos de orçamentos público tem como característica:

- a) o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado pela legislação financeira brasileira e representa a manutenção, ano após ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.
- b) adotado no Brasil, o orçamento-programa busca dar ênfase aos objetivos finais a serem perseguidos pela ação do Estado, vinculando o planejamento estatal com a autorização das despesas no orçamento.
- c) o orçamento base zero consiste na técnica de codificação dos subelementos de despesas orçamentárias por meio da utilização de sequências numéricas iniciadas com o dígito zero, seguidas da classificação funcional da despesa.
- d) o orçamento clássico, adotado no Brasil, baseia-se na ausência de correlação entre as despesas autorizadas em anos seguidos, revendo-se, na integralidade, a cada ano, o mérito de cada ação orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.
- e) o orçamento-programa visa a promover incentivos às unidades orçamentárias, por meio da ampliação dos recursos destinados a ações com bom desempenho em anos anteriores, colocando ênfase no objeto do gasto público.

137. Na classificação por estrutura programática, a despesa que representa um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo é denominada:

- a) função.
- b) subfunção.
- c) projeto.
- d) atividade.
- e) operações especiais.

138. Em relação à despesa pública, assinale a classificação que busca responder à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada.

- a) institucional.
- b) funcional.
- c) programática.
- d) econômica.
- e) por natureza.

139. Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam a elaboração, execução e controle dos orçamentos públicos. Eles garantem que o processo orçamentário seja transparente, eficiente e responsável. Ao verificar se a Lei Orçamentária Anual contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, o gestor está considerando o princípio orçamentário denominado:

- a) exclusividade.
- b) unidade.
- c) discriminação.
- d) orçamento bruto.
- e) publicidade.

140. Os instrumentos de planejamento são ferramentas essenciais utilizadas pelos governos para organizar, coordenar e implementar políticas públicas de forma eficaz. Eles ajudam a definir objetivos, estabelecer metas, alocar recursos e monitorar o progresso das ações governamentais. Sobre eles, a Constituição Federal de 1988 prevê que as alterações na legislação tributária e o estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento são, respectivamente, matérias concernentes

- a) ao Plano Plurianual e ao Plano Plurianual.
- b) ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.
- e) à Lei Orçamentária Anual e à Lei Orçamentária Anual.

141. A despesa pública refere-se aos gastos realizados pelo governo para atender às necessidades da sociedade e promover o bem-estar social. Esses gastos são fundamentais para o funcionamento do Estado e para a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento econômico e social. De acordo com a Lei nº 4.320 de 1964, “as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis” classificam-se como:

- a) Transferências Correntes.
- b) Investimentos.
- c) Subvenções.
- d) Despesas de Custeio.
- e) Inversões Financeiras.

142. As despesas extraorçamentárias são aquelas que não estão previstas no orçamento anual aprovado pelo poder legislativo, mas que ainda assim são realizadas pelo governo. Elas não fazem parte do orçamento fiscal ou da seguridade social e, portanto, não são incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas despesas são tratadas de forma separada e têm características específicas que as distinguem das despesas orçamentárias. É exemplo de despesa extraorçamentária:

- a) Restos a pagar não processados.
- b) Aquisição de material de consumo.
- c) Subvenções sociais para custeio de instituições de benemerência.
- d) Despesas de Exercícios Anteriores.
- e) Devolução de cauções em dinheiro.

143. De acordo com a lei 4.320/64 no tocante à receita e despesas, assinale alternativa errada:

- a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- b) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- c) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constituirá item de receita orçamentária.
- d) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, exceto, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- e) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas em receitas correntes e receitas de capital.

144. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

145. De acordo com a Lei 4.320/64, que trata das finanças públicas no Brasil, qual das seguintes opções é considerada uma receita patrimonial:

- a) Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- b) Juros e dividendos provenientes de investimentos realizados pelo ente público.
- c) Tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- d) Multas aplicadas em decorrência de infrações à legislação municipal.
- e) Operação de crédito.

146. Em matéria de orçamento público, observe características das principais leis que formam seu tripé.

- I. Estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- II. Seu projeto será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções.
- III. Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.

As leis definidas acima são chamadas, respectivamente, de:

- a) Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- c) Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
- d) Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual.

147. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.
- e) conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

148. Sempre de forma regionalizada, as diretrizes e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e também para as relativas aos programas de duração continuada estarão previstas na Lei de(do)

- a) Orçamento Fiscal
- b) Orçamento Bimestral
- c) Orçamento Monetário
- d) Diretrizes Orçamentárias
- e) Plano Plurianual

149. A Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta várias características relevantes, dentre as quais NÃO se encontra a seguinte:

- a) autorizar a concessão de vantagens e aumentos de remuneração aos servidores.
- b) dispor sobre alterações tributárias como a previsão de novos tributos.
- c) dispor sobre a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento.
- d) estabelecer os objetivos das despesas de capital para quatro exercícios financeiros consecutivos.
- e) ser iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

150. De acordo com a Constituição, a lei orçamentária anual, compreenderá:

- a) a reestimativa da receita e da despesa, sempre que estas possam resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal.
- b) o orçamento de investimento de empresas que não detenham a maioria do capital social com direito a voto.
- c) o orçamento fiscal referente somente ao Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, excluindo-se as de Administração indireta.
- d) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
- e) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

CONTABILIDADE DE CUSTOS
Silvio Sande

151. A Cia. Bahia, ao analisar os custos do seu único produto, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo X	20.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 120.000,00
	30.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 180.000,00
	40.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 240.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo Y	20.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 120.000,00
	30.000 unidades	R\$ 4,00	R\$ 120.000,00
	40.000 unidades	R\$ 3,00	R\$ 120.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos X e Y são, em relação ao volume de produção, respectivamente,

- variável e variável.
- indireto e variável.
- variável e fixo.
- fixo e variável.
- fixo e indireto.

152. O departamento Gama da Empresa Picos S.A. possui um custo indireto de R\$ 15.000.000,00. Precisa distribuí-lo para três produtos: X, Y e Z por horas/máquinas. A empresa apurou os seguintes dados para o custeio:

	X	Y	Z
Matéria-prima aplicada	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 4.000.000,00
MOD Aplicada	R\$ 1.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 2.000.000,00
Horas máquinas utilizadas	3.000 hm	2.000 hm	1.000 hm

Dessa forma, é correto afirmar que os produtos X, Y e Z receberão, respectivamente, de custo indireto:

- R\$ 7.500.000,00, R\$ 5.000.000,00 e R\$ 2.500.000,00
- R\$ 5.000.000,00, R\$ 5.000.000,00 e R\$ 5.500.000,00
- R\$ 2.500.000,00, R\$ 7.500.000,00 e R\$ 5.000.000,00
- R\$ 4.500.000,00, R\$ 1.500.000,00 e R\$ 9.000.000,00
- R\$ 5.000.000,00, R\$ 2.500.000,00 e R\$ 7.500.000,00

153. Com base nos dados abaixo, o custo dos produtos acabados é de

Estoque Inicial de Matéria-Prima	100.000,00
Compras de Matéria-Prima	500.000,00
Estoque Final de Matéria-Prima	250.000,00
Mão de obra direta do período.....	120.000,00
Custos indiretos de fabricação do período	230.000,00
Estoque Inicial de Produtos em Processo	400.000,00
Estoque Final de Produtos em Processo	200.000,00
Estoque Inicial de Produtos Acabados	300.000,00

- 300.000
- 500.000.
- 700.000
- 900.000.
- 1.000.000.

154. A Cia. Floriano produz três produtos: X, Y e Z.

Considerando as quantidades produzidas no período e o critério de alocação de custos e despesas fixas adotado pela empresa, as informações referentes a cada um dos produtos estão apresentadas na tabela a seguir:

(valores em reais)

Produtos	X	Y	Z
Preço de venda (unitário)	300	200	100
Custos fixos (unitário)	20	10	10
Custos variáveis (unitário)	200	120	45
Despesas fixas (unitário)	10	15	20
Despesas variáveis (unitário)	40	10	10

Supondo que o objetivo da empresa seja a maximização do lucro, ela deve incentivar a venda de seus produtos, em ordem de prioridade,

- a) X, Y e Z.
- b) Z, X e Y.
- c) X, Z e Y.
- d) Y, Z e X.
- e) Y, X e Z.

155. Sabendo que a empresa S2 utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi

- a) R\$ 13,00.
- b) R\$ 30,00.
- c) R\$ 34,00.
- d) R\$ 36,00.
- e) R\$ 40,00.

156. Caso a empresa S2 adotasse o Custeio Variável, o custo unitário da produção do período teria sido

- a) R\$ 10,00.
- b) R\$ 20,00.
- c) R\$ 30,00.
- d) R\$ 36,00.
- e) R\$ 40,00.

157. O lucro apurado pelo custeio por absorção foi maior que o lucro apurado pelo custeio variável em

- a) 10.000.
- b) 12.000.
- c) 15.000
- d) 18.000.
- e) 20.000.

158. Em dezembro de 2024, o ponto de equilíbrio contábil da empresa S2, em quantidade, foi

- a) 800.
- b) 1.200.
- c) 1.500
- d) 1.800.
- e) 2.000.

159. Em dezembro de 2024, a margem de segurança da empresa S2, em percentual, foi

- a) 75%.
- b) 60%.
- c) 50%.
- d) 25%.
- e) 10%.

160. A Cia. Picos, ao analisar o desempenho operacional de seu setor produtivo, obteve as seguintes informações sobre a matéria-prima utilizada na fabricação de determinado produto:

Variável	Custo padrão	Custo reais
Quantidade consumida	5 kg/unidade	6 kg/unidade
Preço	R\$ 25,00/kg	R\$ 23,00/kg
Total	R\$ 125,00/unidade	R\$ 138,00/unidade

Com base nessas informações, a variação

- a) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 10,00 desfavorável.
- b) da quantidade de matéria-prima por unidade foi R\$ 25,00 favorável.
- c) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 25,00 desfavorável.
- d) da quantidade de matéria-prima por unidade foi R\$ 10 favorável.
- e) mista, por unidade, foi R\$ 2,00 favorável.

Estudo de Caso 1

A empresa Socambalacho Ltda. atua no ramo de importação de GPS. Em janeiro de 2013, em cumprimento ao plano semestral de auditorias programadas da Receita Federal do Brasil, a empresa foi regularmente intimada a apresentar, como objeto da ação fiscal, os documentos e livros fiscais restritos ao ano de 2011. Iniciou-se, na oportunidade, uma operação "pente-fino" exclusivamente no que tange à tributação do imposto de importação (objeto da investigação).

A vista da fiscalização em curso, a empresa, espontaneamente, confessou:

(I) os débitos do imposto de importação do ano de 2010, tendo formulado, junto à repartição fiscal, parcelamento dos valores devidos;

(II) o descumprimento de obrigações instrumentais referentes à entrega de arquivos EFD (escrituração fiscal digital); e

(III) o não adimplemento de imposto sobre a renda, declarado na DIPJ 2011, com pagamento integral.

Considerando o previsto no Código Tributário Nacional e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, disserte sobre o conceito e os efeitos da confissão espontânea, manifestando-se, ainda, sobre a procedência das denúncias espontâneas apresentadas pela empresa Socambalacho.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

Uma equipe de analistas contábeis está responsável pela implantação, em 2019, da política contábil de depreciação do imobilizado da entidade governamental XXX. Após o levantamento físico- financeiro no mês de março deste ano, a equipe se deparou com a seguinte situação:

I em razão de serem considerados inservíveis, não estão mais sendo utilizados pela entidade 10 mesas e 5 cadeiras;

II nenhum bem de ativo imobilizado foi depreciado;

III entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019, foram adquiridos 4 computadores;

IV os bens adquiridos em anos anteriores apresentam valor contábil bastante divergente do valor justo.

Com referência à situação-problema descrita anteriormente, responda aos seguintes questionamentos:

- a) Descreva no que consiste a depreciação, quando se inicia e quais fatores estão a ela associados.
- b) Analise sucintamente a situação descrita em cada um dos itens I a IV.
- c) Quais procedimentos serão adotados com relação aos bens considerados inservíveis?
- d) Como devem ser depreciados os bens adquiridos no ano de implantação da depreciação?
- e) Como devem ser depreciados os bens adquiridos em anos anteriores, cujo valor contábil é divergente no que tange ao valor justo?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
